

AGOSTINHO BOTH

Criação da  
Universidade  
de  
Povo Fundo

Estão surgindo estudos sobre o ensino superior no Brasil que enfocam experiências de instituições situadas e datadas.

Deve ser entendido neste sentido o trabalho de Agostinho Both ao descrever a trajetória do ensino superior em Passo Fundo, desde os passos iniciais na década dos anos cinquenta até o momento da criação da Universidade, em 1968.

É a trajetória de uma instituição peculiar no contexto das Universidades Brasileiras, caracterizada como comunitária e regional e organizada sob a forma de uma fundação educacional, integrada pelos professores, que escolhem os seus dirigentes por eleição direta.

Em 1993, a UPF comemora 25 anos de existência com uma programação ampla de eventos, que inclui o lançamento de publicações sobre a história da Universidade, propiciando uma avaliação do seu passado e uma projeção do futuro.

Neste sentido é extremamente oportuno o livro de Agostinho Both. O autor é um intelectual e escritor de reconhecidos méritos. Professor da Universidade, ocupou cargos importantes na administração. Foi Vice-Reitor Acadêmico na gestão 1982/1990. Destaca-se por sua dedicação à Universidade e por sua sensibilidade às necessidades sociais, como demonstra na condução do programa Universidade da Terceira Idade.

O livro do professor Agostinho Both é uma contribuição oportuna para todos os que se dedicam à tarefa de repensar a nossa Universidade.

**Reitor Elydo Alcides Guareschi**

05.06.93

Agostinho Both

**Criação da Universidade de  
Passo Fundo**

Passo Fundo  
Projeto Passo Fundo  
2017

Projeto Passo Fundo

Página na internet: [www.projetopassofundo.com.br](http://www.projetopassofundo.com.br)

e-mail para contato: [projetopassofundo@gmail.com](mailto:projetopassofundo@gmail.com)

Disponível no formato eletrônico /E-book.

Do livro: História, -Passo Fundo: UPF, 1993. 86p.; 21cm.

Todos os direitos reservados ao Autor.

O conteúdo deste sitio NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a citação de autoria, nos termos da licença

**Creative Commons Atribuição-Compartilha Igual  
Internacional;**

**4,0**

Para ver uma cópia desta licença, visite:

[http://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt BR](http://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt_BR) ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.

B749c Both, Agostinho

Criação da Universidade de Passo Fundo [recurso eletrônico] / Agostinho Both. – Passo Fundo : Projeto Passo Fundo, 2017.

2 Mb ; PDF.

ISBN 978-85-8326-314-2

Modo de acesso: World Wide Web:  
<<http://www.projetopassofundo.com.br>>.

1. Universidade de Passo Fundo – História.
2. Ensino superior – Passo Fundo (RS). I. Título.

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

## PREFÁCIO

Até a década de 1950 no Rio Grande do Sul o ensino superior era privilégio de alguns interioranos, os que tinham a possibilidade de alcançar as Faculdades de Porto Alegre e Pelotas.

Na década de 1950, numa evolução natural e lógica, as comunidades do interior começaram a despertar para trazer para os seus filhos o ensino do terceiro grau.

Foi dentro desse impulso que nasceram a Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo e o Consórcio Universitário Católico.

Com plena razão, pois, o Professor Agostinho Both quando afirma que a interiorização do ensino superior, pelo menos no Rio Grande do Sul, resultou da pressão exercida pelos alunos vindos do 2º grau, longe de Porto Alegre e Pelotas, como Santa Maria, Caxias e Passo Fundo.

Bem andou também o Professor Agostinho Both em traçar a história da Universidade de Passo Fundo, desde a criação da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo até a eleição da primeira Reitoria, de forma genérica, sem se ater às minúcias e acontecimentos da época que, hoje, no todo, não importam mais.



Prevaleceu e prevalece, afinal, a ideia, que norteou os fundadores e norteia hoje os seus responsáveis, de um ensino superior à altura da cultura e do desenvolvimento técnico e pedagógico da região.

Em razão disso é que deve o ensino superior de Passo Fundo, na sua região de influência, um preito de gratidão a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, procuraram e conseguiram a sua afirmação.

PASSO FUNDO, 19 de Março de 1993.

**MURILO C. ANNES**

## Sumário

PREFÁCIO.....	3
I - DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS E CULTURAS DE PASSO FUNDO E SUA UNIVERSIDADE.....	7
II - ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO ENSINO EM PASSO FUNDO .....	26
III - O NASCIMENTO DE DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR .....	38
3.1. A CRIAÇÃO DA SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE .....	39
3.2 - A CRIAÇÃO DO CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO.....	60
IV - A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO .....	104
BIBLIOGRAFIA .....	120
ANEXO .....	122
TEXTOS PUBLICADOS NO JORNAL O NACIONAL DE 9-13/05/1967 .....	122
A CAMINHO DA UNIVERSIDADE .....	122
(1º Comentário de uma série).....	122
A CAMINHO DA UNIVERSIDADE .....	125
(2º comentário de uma série) .....	125
A CAMINHO DA UNIVERSIDADE .....	128
(3º comentário de uma série) .....	128
A CAMINHO DA UNIVERSIDADE .....	131
(4º Comentário de uma série) .....	131





## **I - DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS E CULTURAS DE PASSO FUNDO E SUA UNIVERSIDADE**

Os acontecimentos de uma determinada região estão impregnados das tradições culturais, das ideias da época e dos eventos vinculados às tensões nas fontes do poder.

A tradição portuguesa, na tentativa de manter o Reino Português, interferiu nas origens da formação da cultura de Passo Fundo e, como consequência, nas relações do homem com a paisagem e, também, dos homens entre si. Além disso, já nos primeiros cinquenta anos de presença do homem de tradição portuguesa, a partir de 1820, houve a interferência de culturas centro-européias, em especial, da cultura de ordem imigrante e, portanto, no bojo da paisagem humana e de suas expressões institucionais, apresentou-se um ordenamento social, histórico e geográfico diferenciado.

A presença da cultura centro-européia, baseada em relações burguesas, gerou tendências a trabalhos planejados e consistentes, diferentes daqueles apresentados pela ordem cultural portuguesa, que se voltavam à aventura e à exploração do espaço geográfico e que usavam a força social como benefício Pessoal ou familiar. Assim, nas instituições e outras atividades sociais, não raras vezes havia dicotomia na comparação da

solidariedade humana com a vinda da burguesia e a estreiteza da casa grande de origem feudal.

A formação do Rio Grande do Sul possui ainda uma característica histórica distinta dos demais estados brasileiros, pois realizou-se com litígio dada a limitação posta pelo Tratado de Tordesilhas. A formação de seu espaço geográfico efetuou-se à base de lutas constantes, gerando-se, assim, formas diferenciadas de comportamentos: a maioria de suas instituições não foi facilitada pelo poder central, fazendo com que o homem desta paisagem cultural aprendesse a deliberar, a organizar-se às custas de seus próprios esforços e a desenvolver autonomia no gerenciamento de suas preocupações.

A característica da livre iniciativa na organização das coisas comunitárias foi reforçada pelo espírito ético do imigrante. Esta disposição de costumes comunitários, consorciados à auto-suficiência, contribuiu decisivamente, na envergadura das relações sociais que estabeleceu formas alternativas de instituições para superação dos limites impostos.

A aprendizagem das pequenas comunidades rurais, relativas às questões da saúde, da religião e, principalmente, da educação, introduziu comportamentos inovadores nestas formas de prática cultural.

O espírito positivista também colaborou, desde o início da história de Passo Fundo, na formação de organizações sociais que privilegiassem o saber. Em 15 de fevereiro de 1883, foi fundada nesta cidade uma agremiação denominada "Clube Literário Amor à Instrução", com selecionada biblioteca e com elevado número de sócios, clube que teve vida áurea até 1893. (12 p. 5). No consórcio das expressões educacionais, este é um

pequeno testemunho que demonstra a preocupação do homem da região a respeito do saber. Na verdade, no âmago das proposições humanistas, sempre esteve presente o conhecimento, como forma de libertação do homem.

Nesse contexto de ideias, pode-se afirmar que o homem regional superou o limite social imposto pela construção histórica, que determinava que regiões periféricas se ausentassem do saber e, desta forma, fossem afastadas do poder e de melhores oportunidades na construção do crescimento humano. Aqui, tanto pelos costumes de origem estancieira como pelos de origem campesina, a escola se definia como instituição imprescindível ao homem da região. (9 e 12).

Os estancieiros conviviam naturalmente com as lides duras do campo, embora trouxessem, para ajudá-los, peões da fronteira e, ao mesmo tempo que estimavam o cultivo de sua inteligência, não levavam em conta somente a força emanada de suas posses, pois adotavam alternativas mais inteligentes na solução dos problemas. A busca incessante por opções melhoradas no enfrentamento das realidades era-lhes comum, desde aquelas mais simples das tarefas campeiras até as questões de dignidade humana como a libertação dos escravos. (7 e 8).

Variável não menos significativa na determinação de comportamentos que induziam à formação de instituições comunitárias foi a existência do sentimento de pertinência. Tanto os que primeiro chegaram, os estancieiros, como os imigrantes, não vieram como os preadores, coureadores ou tropeiros. A determinação de fazer aqui estabelecimento permanente desenvolveu o sentimento de respeito ao chão e às

instituições, que, aos poucos, foram sendo construídas, de acordo com as necessidades e os costumes aqui estabelecidos. Além das motivações de sobrevivência e das relações culturais, podem ser consideradas como naturais as razões de estima ao lugar, pela fertilidade dos solos e pela beleza da paisagem ao pé da serra. Estas razões não podem ser consideradas substanciais, compreendendo-se que outras regiões de igual relevância não tiveram as mesmas inspirações nas realizações culturais. As raízes étnicas, acima de tudo, oportunizaram a construção de instituições com finalidades essencialmente públicas.

Entretanto, apesar da dinâmica comunitária do homem da região, os eventos sociais não eram tranquilos, devido à vontade de poder, muito própria do costume português, ou seja, havia diferenças de percepção entre o homem vindo do centro da Europa e o homem ibérico. Por isso, as determinações de interesse pessoal e as de interesse público apresentavam incompatibilidades.

O homem da região, vindo de São Paulo, dos campos de Curitiba ou de Lages, já havia se apropriado de algumas virtudes superadoras dos limites, advindas do homem de Portugal. O homem da região, por força dos açorianos portugueses, aprendia também a importância do trabalho, considerando-o um dom e não mais um vitupério. A cultura portuguesa, que atribuía ao trabalho manual uma característica de escravo, foi corrigida por uma tipologia humana que se diferencia daquela dos primeiros habitantes do Rio Grande do Sul. Tanto Gomes como Saint-Hillaire (7 e 11) dão testemunho desta conversão ocorrida no homem que aqui veio morar. Ele já não possuía o sonho farto da nobreza, mas buscava qualquer prosperidade em sua própria

indústria, sem, entretanto, deixar de explorar aqueles que viviam a seu serviço. Trazia o espírito feudal: queria o melhor e com exclusividade, para os de seu nome. E assim como em feudos, assentava-se na grande casa, em torno da qual ficavam as casas dos escravos, bem menores. Mais ao longe, ficava a casa dos peões que vinham trabalhar juntamente com o senhor da estância, que lhes permitia espaço, ainda que na dependência das concessões ditadas pelo seu protetor. (5)

Outra característica do homem da região, provinda do homem português, era a de criar o gosto pela mudança. Como ao homem ibérico, a vida não se lhe garantia pela organização social e pelo trabalho planejado, mas pela aventura e exploração, luta e decisão, é fácil entender que a paisagem da região se tenha beneficiado com o espírito de inventividade e criação. Assim sendo, não poderia causar admiração, a construção institucional alternativa, que atendeu às necessidades que surgiram no decurso da história. Por isso, as iniciativas comunitárias dos imigrantes não foram os únicos fatores responsáveis pela construção de um modelo social que beneficiava o patrimônio público, porque outras causas determinaram um modelo social singular.

Por suas maneiras comedidas, o gaúcho da região era diferente do gaúcho proveniente da fronteira. Chamavam-no de "biriva", para distingui-lo dos demais. Era mais sereno em seu comportamento, mais amante da família e dividia com a mulher as responsabilidades da terra. As ações nervosas e barulhentas do homem da fronteira, adquiridas em lutas, na caça ao gado alçado e em outras correrias, não eram comuns ao homem daqui. Pelo convívio, entretanto, aprendeu vários dos costumes

fronteiriços. Buscava formas mais pensadas de adaptação (7). As instituições que, possivelmente, nasceriam, teriam mais garantias de consistência, dadas pela reflexão e pela ponderação.

A pedagogia das estações, pelo clima temperado, também facultou ao homem da região momentos de concentração. Assim, associava-se, por longos anos, ao clima, à grande mataria dos pinhais, tomando-se o homem daqui, mais sereno e pensativo. É bem verdade que o traço desta compenetração humana, o imigrante o tinha ainda mais fortalecido, ou por força da organização social, ou por força da influência das Igrejas (4).

Convém ressaltar, ainda, que o homem de origem ibérica, aqui chegado, já possuía características diversas daquele que estivera na região, preando índios em 1600. (1) O trato exploratório e impiedoso, que os dois povos ibéricos possuíam nas relações com as terras e com as comunidades da América Latina, já sofria profundas modificações. Quando aqui chegaram seus descendentes, na década de 1820, já se havia diminuído a vilania do trato. O sentimento de pertinência tomara-se forte e a ideia de brasilidade já se cultivara tanto, que, nos primeiros anos da formação do homem de Passo Fundo, era preclara a ideia da criação de uma República, com noções cujo corpo de entendimento revelava a forma política de Federação.

O homem, aqui chegado, trazia um novo espírito que induzia à liberdade humana de pensar e conhecer, de gerir seu destino, garantindo sua autonomia. Ele não mais trazia inteiro o espírito de obediência às decisões onipotentes dos centros maiores e de autoridades inibidoras da participação social. A revolução social, expressa na Revolução Francesa, atingia toda a paisagem humana, tomando-a mais democrática e alimentadora

da livre iniciativa. Dentro deste ideário dinamizador de uma nova configuração de estrutura social, surgem movimentos reveladores deste novo tempo, deste novo espaço cultural.

A luta contra a escravidão tomou-se uma questão importante a partir de 1870 e atingiu seu melhor momento, quando, praticamente, todos os negros conseguiram igualdade de condições, ao menos perante a lei, conforme Xavier:

"A 11 de dezembro de 1884, a edilidade, em telegrama ao Presidente da Província, transmitia o resultado da campanha, encetada com a moção de 03 de setembro do mesmo ano. No dia 02 do corrente, com mais 246 cartas de libertação, ficou emancipada a comarca, com exceção dos escravos de órfãos, interditos e ausentes. Esta Câmara exulta com Vossa Excelência, por este faustoso acontecimento, que tanto nobilita o patriotismo popular."

"Com este nova contingente, eleva-se, portanto, a 546 o número de libertações conseguidas no trimestre da derradeira batalha campal do abolicionismo em Passo Fundo, mandando a verdade histórica, porém, que fosse esclarecido que a alforria, assim operada, compreendia, também, casos condicionais, consistentes na prestação de serviços por determinado tempo, os quais não podem hoje ser objeto de exame, porque dados não restam para isso." (8, p. 11)

A luta pela República, embora não tivesse adesão total por parte das lideranças, foi assumida a partir de 1835, como uma das causas mais nobres. (8, p. 17) Um dos mais briosos



defensores desta forma de política nacional foi Joaquim Fagundes dos Reis.

Após a primeira fase da luta pela República, com a Revolução Farroupilha, houve arrefecimento de ânimo em tomo da ideia, mas, a partir de 1880, retomaram, de forma definitiva, as mesmas intenções.

Quando veio a notícia da Proclamação, alguns dias após, houve "franca e leal adesão" ao governo que se instalava. (8. p. 23)

Tanto a luta pela libertação dos escravos como a aceitação da proposta de um governo que permitisse melhor encaminhamento nacional nas questões de igualdade, revelaram uma forte tendência de lutar pelos direitos fundamentais do homem da região.

A profunda diferenciação de classes sociais, gerada pela construção da História do Brasil, foi mais amena na região de Passo Fundo. Não somente a libertação dos escravos e o afastamento do espírito monarquista anunciam que esta região seria marcada por melhores oportunidades para todos. As construções sociais aqui erigidas, reveladas por Saint Hillaire e Fonseca, (5 e 11) manifestam-se diferentes daquelas de outras regiões do país. O estancieiro não era aristocrata, mas um trabalhador. Não lhe causava constrangimento o diálogo próximo com o peão da estância, com quem dividia seu trabalho, quebrando-se, desta forma, a insensibilidade no trato. Possivelmente, os reflexos desta postura social manifestar-se-iam em melhores oportunidades para as camadas sociais mais marginalizadas, através de instituições a serem criadas. Esta forma mais humanizada de se fazer relações sociais, concedendo

franquia e dignidade a todos, parece significar fator de alteração na construção da realidade social, apresentando oportunidades para organizações institucionais inovadoras. Esta flexibilidade no ordenamento social, trazida pelo migrante paulista no início do século XIX, além da oportunidade concedida à camada popular, até então alijada do diálogo e das criações culturais das camadas ditas superiores, pode apresentar, também pela novidade, dificuldades emergenciais. Poderia, até mesmo, induzir à superficialidade institucional, se, em sua criação, não se atentasse para a excelência da qualidade. Entretanto, este novo espaço aberto na construção social, concedendo a todos consideração, tem maior lucro humano que possíveis perdas. As instituições, assim nascidas, não seriam severas demais, devido à democratização, nem tão superficiais, em função da austeridade do imigrante.

A falta de uma robusta identidade pode trazer o mal da insegurança, mas pode trazer benefícios, como a formação de instituições apropriadas às necessidades regionais, com características originais. Afastadas, desse modo, as estratificações sociais extremamente rígidas, invocadas as responsabilidades do homem regional e caracterizado o seu fervor ao cultivo do saber, considerando-se o sentimento de pertinência e solidariedade, poderiam nascer instituições representativas desta dimensão psicossocial nas áreas da saúde, educação, política e economia.

Outra característica da história gaúcha e regional foi a formação de lideranças, dentro do espírito do caudilhismo, que vinha suprir os limites históricos emergentes. Essas lideranças marcavam presença de forma heróica, arrastando inúmeros

seguidores, de forma cega, quando a causa se manifestava justa. Propunham mudanças rápidas e incomuns, ocorrendo riscos até fatais. Esses homens fortes tinham o dom da sensibilidade para entender a linguagem dos filhos desta nova terra. Pelo fato de haver ausência de controle, pela falta de maturidade de costumes e pela débil organização governamental, padeceria o atendimento às exigências locais. E natural que, em função dos conflitos de poder entre a autoridade constituída e as lideranças espontâneas, houvesse dificuldades, que não impediam, entretanto, alternativas inusitadas e corajosas.

E natural que homens de decisão surgissem para garantir instituições educacionais e outras que viessem a atender pretensões de saber mais elevado para os filhos menos favorecidos, considerando o que se afirmou sobre o sentimento de solidariedade e de flexibilidade nas relações sociais. As pretensões já não mais se concentravam em intenções de bandeirantes, na mórbida preação de índios ou no alargamento do espaço geográfico, mas na constituição de uma organização social com vida mais digna e consistente. As lideranças fortes e carismáticas podiam divergir e até criar situações constrangedoras, mas, acima de tudo, tinham a preocupação de manter fortes as suas instituições.

Pela análise apresentada, e que adiante será aprofundada, pode-se afirmar que o homem regional estava em condições de criar instituições que rompessem com costumes históricos.

No decurso da História Ocidental, a construção da realidade social tem privilegiado sempre, e extremamente, o homem das capitais e alguns poucos pólos de desenvolvimento.

Ao homem do interior tem sido conferido um papel próximo ao do servo que, em última análise, produz mas não recebe em troca o justo benefício. Sempre houve um sentido mais ou menos fisiologista na construção de oportunidades sociais. O homem do interior é a periferia da cabeça; não tem a nobreza conferida aos centros de decisão. Observa-se que os impostos recaem da mesma forma, tanto sobre as comunidades do interior como sobre o homem dos centros de maior desenvolvimento, os benefícios são desiguais, porque os serviços públicos sempre têm dado suas primícias, até com exclusividade, para os habitantes da capital. É lá que residem as melhores inteligências, os políticos, as forças armadas, enfim, todos aqueles que têm poder de decisão e força de pressão. As oportunidades para o cultivo de melhor perfil humano residem nos centros de maior desenvolvimento. Há um consenso universal de as comunidades interioranas se conformarem com a marginalização e, por serem periféricas, de aceitarem o empobrecimento de suas instituições, ou mesmo de viverem sem elas.

O espírito europeu do século XIX trouxe para esta região o desenvolvimento das condições humanas, criando pressões para reverter o entendimento que, até então, havia sobre a construção social. É natural que, pela insistência humana nos erros históricos relativamente à compreensão da equidade social, custasse muita diligência e sacrifício o cumprimento às pretensões de melhoria de oportunidades ao homem do interior. Este, abandonado e vítima do sofrimento histórico, mas movido por novas convicções, próprias de seu tempo, não poderia aceitar o lugar a ele destinado, cabendo-lhe realizar a dupla contribuição social para a sustentação da melhoria humana. De um lado, por força das leis de tributação, devia recolher os impostos para

garantir os benefícios públicos ao homem da capital e, de outro lado, devia dar de si outro tanto, para obter igualdades institucionais. Desse modo, hospitais e escolas custariam bem mais ao homem do interior.

A percepção da realidade humana trazia a inspiração do iluminismo. O próprio espírito cristão já se renovara, aproximando-se e absorvendo a postura científica da época, bem como a compreensão da dignidade humana dada à população empobrecida.

A Revolução Francesa, expressão máxima da conversão do homem ocidental ao entendimento da autonomia e grandeza humanas, propunha o Princípio da reciprocidade e, conseqüentemente, o redimensionamento democrático do bem comum. Esta dimensão humana, implantada novamente no ocidente, também se revelou nas ações do homem da região. Assim, a perspectiva humana, revitalizada, faria o homem regional perseguir seus direitos fundamentais, não importando o lugar onde estivesse. A inteligência teria, por força desta conquista, oportunidade, uma vez que a razão e seu cultivo eram a base de uma nova sociedade, não mais dirigida pela força que antes se impunha sobre espíritos obscurecidos.

As igrejas, pela sabedoria adquirida no decurso de suas histórias, tinham consciência de que a garantia da superação dos limites humanos se concentrava na compreensão dos fenômenos, quaisquer que fossem. Já haviam ultrapassado o misticismo e o encobrimento da verdade pelo mistério. O Cristianismo já se alegrava com o instrumento humano do conhecimento. As igrejas, principalmente a católica, já haviam aprendido que o poder, dado pela força, não é instrumento de

dignificação humana. Buscavam novamente seu caminho original e começavam a conviver melhor com as populações sem privilégios. Detinham o costume da ciência e da reflexão, como presentes a serem ofertados aos seus fiéis desafortunados. Os imigrantes foram aqueles que se beneficiaram com esta nova dimensão eclesial. Estes, mal se haviam estabelecido no Vale dos Sinos, quando, por conta própria, começaram a construir suas escolas, como demonstração das suas intenções de não aceitar o que pretendia o governo brasileiro, que era torná-los substitutos dos escravos. Todo espaço geográfico, do noroeste ao nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, no Vale dos Sinos, na Serra Geral, na região do Planalto junto à Serra, em todo o Vale do Uruguai, as escolas começaram a ser erguidas e, em 1938, já atingiam o número de 2000. (3 e 9) Eram escolas comunitárias, sem nenhuma participação do Estado.

Por inspiração do Estado Novo, as comunidades foram afastadas destas escolas, pois temia-se que os colonos pudessem ser cúmplices do III Reich e, além disso, já era tempo de se desenvolver o espírito de nacionalidade brasileira. Havia uma consciência generalizada sobre a importância da escola como instrumento eficaz na autonomia e preservação da inteligência do habitante desta região.

A ética comunitária e o desejo pelo aprimoramento da inteligência entraram dessa forma na configuração das variáveis importantes para a determinação de modelos institucionais alternativos que melhorariam as condições de vida do homem regional. Não causaria estranheza se instituições de nível de 2º Grau e Superior fossem também construídas a serviço desta comunidade.

Juntamente com o espírito de Revolução Francesa, outra força foi propulsora da determinação dos acontecimentos históricos da região: o positivismo. O seu início vincula-se à própria formação de Portugal e o mesmo tomou fôlego com as Cruzadas, que traziam novas perspectivas para a construção da realidade social e para a crença do entendimento humano como superador dos impasses de toda ordem. O humanismo eclodiu, também, no iluminismo. O positivismo foi um de seus ramos, revelando-se radical na questão do saber. A razão e a ciência passaram a assumir, na perspectiva positivista, a orientação única do homem, sendo a transcendência religiosa, algo que deveria ser atribuído a mitologia. O homem reduziu a sua extensão aos parâmetros do conhecimento sensível, radicando sua origem no empirismo. Apesar do radicalismo e do encantamento próprios das novidades históricas, havia o grande mérito de renovar e aprofundar a questão da ciência. Apresentava-se, também, o positivismo, como o oposto às características místicas do homem medieval. É natural que esta tendência atingisse também o homem que se formava na região. O influxo desta inspiração não pode ser desconsiderada na análise histórica das instituições que serviriam às preocupações regionais.

Juntamente com os meios necessários à construção de instituições que materializaram um conjunto de sentimentos sociais, havia limites severos na planificação das intenções do homem da região. As instituições, principalmente a universitária, sofreriam de tais dificuldades posto que, somente à base de cuidados persistentes, poderiam fugir da falência ou do extremo depauperamento.



Por mais revitalizadas que estivessem as intenções e a percepção do homem regional, havia nelas tendências primitivas, similares àquelas constantes nas intenções dos conquistadores, que em nada prestigiavam o homem e as entidades sociais aqui erigidas.

A verdade histórica revela que a intenção, não importa de que lado da Europa, era a de inibir a qualquer custo, a participação igualitária nas condições de vida dos que aqui viessem a se instalar. Para as populações que residissem na África ou na América do Sul, não estava reservada a melhor oportunidade, tanto pelas condições, como pelos condicionamentos históricos que traziam. Desde os primeiros contatos com as civilizações, havia a decisão, implícita nos atos praticados, de transformar as populações latinas em meros instrumentos de enriquecimento ilícito dos países dominadores. As condições de dignidade humana estariam empobrecidas, e empobrecedoras. (2, 4)

Os hábitos latino-americanos, devido à incorporação de costumes, induziram à profanação do homem aqui fixado, inculcando-lhe prejuízos à identidade pessoal e social. Por extensão, pode-se afirmar que os habitantes da região de Passo Fundo sempre sofreram tendência à degradação institucional, apenas minimizadas ou superadas pela consciência da dignidade do homem e pela coragem de resistir às determinações históricas. Em vista disso, vemos pioneiros, buscando, com esforço extremo, garantir as mínimas condições para a preservação da dignidade, buscando oportunidades para bem pensar. O empobrecimento da vida humana, por decisão do sistema de relações sociais, criadas e impostas, por mais que fossem

heróicas, permaneciam ainda débeis, se seus resultados fossem comparados a padrões de excelência. Por força deste contexto, as instituições sofreram de alguns males, que deveriam ser afastados.

Importa penetrar nesta questão, para que não sejam repetidas as mesmas atitudes, por força da tradição.

Analisar-se-ão, com brevidade, a seguir, os possíveis limites em nível de ensino superior.

A construção histórica gerou mecanismos e tendências que induzem as populações subdesenvolvidas a assumirem comportamentos similares aos que são impostos aos escravos. É natural que, em tal construção social, houvesse dificuldades para se fundar uma Universidade de significativo valor. E, se ocorresse tal evento, a ordem histórica estaria revertida, pois, assim haveria melhor tecnologia e melhores relações sociais. As forças subjacentes e condicionantes das instituições de ensino superior, existentes na região de Passo Fundo, compeliam a que a excelência fosse prejudicada. Apesar de todo o esforço e boas intenções, o contexto histórico mantinha a sua força.

Por força da situação histórica e respectiva construção social, ainda outras limitações atingiam os agentes e as circunstâncias oportunistas de ideias e ações que envolviam a questão do ensino superior.

As instituições europeias, nas terras colonizadas, foram mais limitadas ou, ao menos, faltava-lhes qualidade para que pudessem gerar os mais legítimos frutos de sua vocação. Desse modo, conheciam os agentes de sua criação a importância da instituição universitária e davam-lhe o que tinham de melhor,

mas, em virtude das circunstâncias, não lhe conferiam, inicialmente, pleno vigor.

Era natural que as instituições universitárias das capitais ou as de centros oligárquicos tivessem melhor clareza e oportunidades para explicitar a sua função. No interior, bem mais difícil era sustentar a mesma qualidade. Esta análise não ofusca a excelência do propósito dos pioneiros do ensino superior que surgiram no decurso da história da região de Passo Fundo, mas indica, apenas, a urgência de se redimensionar o perfil qualitativo a ser perseguido, revertendo-se a construção social preestabelecida. Da energia criativa dos pioneiros, é preciso partir para consubstanciar o verdadeiro sentido universitário.

O sentido de igualdade de condições deverá passar do discurso histórico para uma prática efetiva, democratizando-se as oportunidades ao homem do interior. Os malefícios, causados pelos países de dominação na América Latina, referem-se tanto à forma injusta de exploração como à maneira de aceitação das forças limitadoras do desenvolvimento social. A vontade histórica e onipresente dos povos dominadores fez e faz com que os povos dependentes assumam formas depreciadoras de engendrar atitudes e comportamentos em relação às suas instituições. Dentro desta perspectiva, é compreensível que a região de Passo Fundo não fugisse a esta regra internacional. Somente a consciência de uma nova perspectiva de propósitos superadores dos limites impostos e de meios eficazes na consecução de objetivos relevantes, é que permitirá uma reformulação nas regras das atitudes institucionais. Em outras palavras, as instituições de ensino superior deverão resgatar a

sua dimensão qualitativa, dando espaço à produção científica, equacionando-se os recursos humanos e materiais, a ponto de equipararem-se, estes, aos dos centros de excelência nacionais e internacionais.

Outro limite dentro do contexto cultural refere-se às condições relativas ao vigor da política institucional e aos meios reduzidos de sustentação da qualidade. Na verdade, o ordenamento social apresentou e apresenta poucos subsídios às instituições do interior, pelas razões anteriormente analisadas. Por outro lado, as lideranças da região de Passo Fundo podem encontrar, pela implantação de um projeto regional, a superação dos impasses históricos. Às pretensões, empobrecidas pela inferioridade interiorana, podem se coligar outras mais fortalecidas e qualificadas, que permitirão afastar os possíveis prejuízos que permeiam os propósitos em construção. Os forjadores, agentes de uma nova realidade regional, introduziram uma fundação de ensino superior que, em seu bojo, trazia perspectivas ainda não totalmente reveladas. Assim, na dinâmica da história, a instituição poderá desvelar com maior consistência a sua identidade, aprimorando-a e acrescentando-lhe novas características.

Importa, como de fato existem, alguns princípios necessários, presentes desde o início embora nem sempre explicitados. Nem, tampouco, surge, na infância e adolescência, a identidade em sua plenitude. Contudo, a vontade das comunidades do norte do Estado sempre foi a de superar os limites impostos à consciência e à dignidade, não importando quais fossem.

Pela novidade, relativa ao modelo institucional, e pela falta de experiência na construção das funções universitárias, é natural que se impusessem limites na filosofia universitária. Sobre a originalidade do modelo e na ausência de parâmetros, é necessário que se construa um projeto unificado e orgânico.

Por outro lado, a regionalidade, ao início vista como força restritiva, transformou-se, apesar de tudo, em virtude da instituição, pois permitiram alargar experiências, ampliando-se as oportunidades e a forma institucional.

A questão essencial do provimento de instituições de ensino superior na região concentra-se no fato de que, da confluência de costumes culturais privilegiadores do pensar, tenha-se realizado uma ação determinada, cujo modelo possa ser aperfeiçoado no decurso de sua história. Todavia, parece, com bastante nitidez, que o modelo, seja qual for, deve privilegiar as necessidades do homem regional e ter nelas a inspiração para seu aperfeiçoamento.

## **II - ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO ENSINO EM PASSO FUNDO**

Para a compreensão de qualquer fenômeno cultural, é essencial o entendimento do espírito do tempo ou do espírito do espaço onde o fenômeno acontece. Assim, é importante conhecer toda a determinação histórica dentro de um determinado espaço, para entender o fenômeno do ensino na região de Passo Fundo.

Em tomo de 1830, as pretensões da Província do Rio Grande do Sul em relação às oportunidades dadas pelo Paço Imperial estavam extremamente defasadas. O Rio Grande do Sul encontrava-se em situação de abandono em relação às exigências de seu desenvolvimento. Impostos pesados recaíam sobre os resultados de suas atividades pastoris e, em contrapartida, às estradas e às escolas sobravam minguados recursos, a ponto de se criar um clima propício à revolta na Província. A centralização administrativa fazia que os cofres do governo desta Província estivessem esvaziados, não se podendo gerenciar, a contento, as necessidades da população.

Em 1830, Passo Fundo realizava seus primeiros exercícios de povoação. Por não possuir organização social, esta região não encaminhava suas questões principais à Província. As ligações iniciais concentravam-se nos centros de São Paulo. (5)

Os poucos recursos obtidos pelo governo da Província eram, evidentemente, canalizados para outros lugares com maior poder de pressão. Os interesses do extremo sul, por questão de segurança, eram preferidos às Pretensões sociais do norte do estado. Além disso, os primórdios de Passo Fundo coincidiram com a Revolução Farroupilha, agravando-se o abandono desta região.

Vistas estas questões fundamentais, não se torna difícil entender, que somente em 1848, tenham-se notícias sobre o ensino em Passo Fundo:

"Por ato nº 127, de 22 de março, foi criada, na então freguesia de Passo Fundo, uma escola para o sexo masculino. Nada consta sobre o nome de seu professor e matrícula de alunos. Creio que esta escola foi o primeiro marco, em assunto de instrução primária." (12, p. 6)

Entre a vontade explicitada por ato da Província e o provimento escolar, houve severa defasagem. Em 1873, em Passo Fundo, o número era de noventa alunos e afirma Nicolau de Araújo Vergueiro que "o município contava com quatro aulas; só uma em trabalho." (12, p. 6) Fica assim demonstrado o abandono inicial em relação ao ensino. A centralização do poder inibia os desejos da população, não oferecendo as mínimas condições de desenvolvimento do ensino na região.

Prestes Guimarães, como Secretário da Câmara Municipal de Passo Fundo, em nome de seus pares, relata à Assembleia Legislativa Provincial em 1874:



"É de lamentar profundamente o atraso da instrução pública neste município. Convém alguma coisa fazer, que reanime a esperança abatida num assunto de tamanha gravidade. Quase se pode afirmar que a instrução não existe. É todavia ela a aspiração unânime dos tempos modernos, coluna de fogo, guiando a democracia, através de áridos desertos. Sem ela, mergulham-se os povos nas densas caligens da ignorância; com ela, aproxima-se cada vez mais do seu ponto objetivo: a perfectibilidade humana.

Só com quatro cadeiras de primeiras letras conta o município ou comarca. Três todas vagas, para o sexo masculino, nesta vila, em Nonoai e Soledade; uma única para o sexo feminino, a qual se acha provida, é regularmente frequentada e vai dando frutos apetecidos, para uma população aproximadamente de 18 000 almas, concordareis que, sem hipérbole, o quadro é desanimador " (12, p. 7)

A seguir, o autor do relatório solicita mais seis cadeiras a serem distribuídas entre os sete distritos do município. Finaliza, dizendo que "sem o saber não há possibilidade de se fazer cidadania."

Como em todos os tempos foi costume, não seria na região do norte do Estado que se mudariam os hábitos de as comunidades interioranas serem abandonadas, principalmente, na questão do saber. Não seria também solicitação de um grupo

de vereadores que faria a reversão histórica deste entendimento no trato das coisas sociais.

Dos pedidos naturais e veementes de fim de ano, resultou que a Capital, em 1883, conseguira deixar esvaziadas todas as escolas. Nada mais funcionava, a não ser o clamor do desejo, enraizado na alma popular, do ensino fundamental. Sobre este assunto, diz o relatório da Câmara:

"Depois que pediram exoneração dos cargos os antigos professores Jerônimo Rodrigues Missel e Da. Felisbina Fausta Missel, há dois anos, nunca mais foram providas, efetivamente, as aulas de instrução primária da vila, quer de um, quer de outro sexo." (12, p. 8)

Diante desta odiosa situação a que fora compelida a vila, foi criada uma agremiação, preocupada com melhores destinos que deveriam ser dados à educação. O Clube Literário Amor à Instrução funcionou de forma plena até 1893. As suas atas dão testemunho de que aí se discorria sobre a instrução pública, conscientizando todos os seus membros da gravidade da situação e da urgência de medidas que pudessem reverter este quadro. Conforme Nicolau de Araújo Vergueiro, nos anos de 1885 e 1886, a questão do ensino primário foi tratada com especial preocupação nas reuniões do clube.

Parece que, da veemência de reclamos constantes e da consciência contestadora, surgiram algumas orientações e ações concretas para minimizar a situação, conforme refere, em relatório, a Câmara, em 1886:

"Estão providas as duas aulas da vila, uma do sexo feminino e outra do masculino. Ambas são bem frequentadas." (12, p 9)

Fala ainda das aulas de Carazinho e Nonoai, uma em cada lugar.

Duas aulas particulares foram abertas neste ano, demonstrando-se a inconformidade que havia pela interminável espera de melhores serviços vindos da Capital. Os dois professores particulares que aqui inauguraram a forma de auto-provimento do saber foram Eduardo de Brito e Jerônimo da Costa e Silva.

Os dois professores inauguraram, nesta região, o que, em outros lugares de imigração, já era tradição: ter de prover, com recursos próprios, escola e professores aos filhos dos imigrantes, devido à irresponsabilidade do Estado.

Em 1900, a situação do atendimento escolar estava em desacordo com as exigências da comunidade regional, isto é, o apoio do Estado não mostrava ser eficiente em cumprir sua responsabilidade educacional. Na verdade, ou a Intendência e/ou os esforços particulares tomariam lugar definitivo, ou os relatórios apresentariam carências por tempo indefinido.

Sobre 1903, afirma Nicolau de Araújo Vergueiro:

"Existiam, no município, oito aulas, quatro das quais na cidade. Em 21 de setembro, conforme a mensagem do Intendente Ten. Cel. Pedro Lopes de Oliveira, ao Conselho Municipal, abriu aqui as suas portas a Escola Guilherme Dias, estabelecimento particular para ensino gratuito

noturno, a maiores de 13 anos, com matrícula de 31 alunos." (12, p. 10)

No ano seguinte, a Intendência cria mais uma escola, a fim de suprir a falha do Estado.

Havia, pelo que transparece nos esforços dispendidos por iniciativas não estatais, consciência de que, definitivamente, não existiam condições de se atender às exigências do saber necessário, sem a interveniência decisiva da região. Já havia, pelas ações realizadas, clareza de que nada de bom viria para o ensino, se este dependesse exclusivamente da esfera estadual. Este lugar já percebia que tinha de se haver por si mesmo nesta questão decisiva para a dignidade humana do homem regional. E, para comprovar o que se afirma, o próprio Nicolau de Araújo Vergueiro cita Hemetério José Veloso da Silveira, no livro *Missões Orientais*:

"Ainda não penetraram nesta parte da região serrana, inclusive nos municípios limítrofes, os Irmãos Maristas, Padres Palotinos e outros, nem as Irmãs do Ordem Franciscana e outras, mas convém notar que o ensino proporcionado por esta classe de mestres é completo e com aproveitamento." (12, p. 10)

As Igrejas, principalmente a Católica, já haviam decidido, através de suas congregações, ter participação mais direta na vida dos imigrantes. Na Europa, o movimento de secularização do Estado não só afastava certas concessões feitas às Igrejas como as obrigava aos exercícios de cidadania de qualquer patriota. Na França, principalmente, ameaças recaíam sobre a Igreja Católica e suas congregações, obrigando-as a se

expandirem a lugares de maior liberdade de ação. Desta forma, já no final do século XIX, as várias congregações começaram a cultivar aqui suas vocações específicas. Pelo alto nível de religiosidade praticado e pelas prementes necessidades, as congregações vieram atender àquilo que o Estado não queria ou não podia suprir.

Esforços particulares já eram então comuns e, sem dúvida, a contriduição de Ana Luíza Ferrão Teixeira foi de muito valor. Delma Rezendo Gehm afirma:

"Desde 1898, funcionava na cidade uma aula isolada, sob a regência da emérita mestra Ana Luíza Ferrão Teixeira, com ótimos resultados dos que a frequentavam." (6, p. 19)

Esta escola, a partir de 1911, transformou-se em Colégio Elementar, tendo, na época, o elevado número de 169 alunos. A Intendência, nos primeiros meses, teve de arcar com as despesas de aluguel.

Boa notícia para a cidade surgiu em 1907, com a instalação do Colégio São Pedro, dos Irmãos Maristas. Com o consórcio do município, este colégio se mantinha, mas, como em 1910 foi retirado o apoio da Intendência, fechou, e os Irmãos Maristas se afastaram. Contudo, a ideia de os Irmãos terem o seu Colégio não feneceu. Em 1914, outro educador, Emílio Stigler, abre o Colégio Nossa Senhora da Conceição, consorciado ao município. Em 1929, os Irmãos Maristas reassumem sua ação educativa, absorvendo o que já fora iniciado pelo Professor Emílio.

Em 1919, foi fundado o Instituto Educacional, por iniciativa da Igreja Metodista, primando, como todas as escolas confessionais, pela qualidade do ensino.

No ano de 1923, foi fundado o Colégio Notre Dame que, a partir de 1929, foi elevado à categoria dos estabelecimentos de ensino secundário. O Colégio Nossa Senhora da Conceição, em 1942, teve reconhecido o Curso Técnico em Contabilidade e, em 1952, o Curso Colegial. O Instituto Educacional, em 1943, recebeu autorização para funcionamento do Curso Colegial.

Em 1950, vieram a Passo Fundo as Irmãs do Divino Salvador que, em 19 de março, criaram a Escola Doméstica Santa Isabel. Somente em 1960, foi autorizado o Normal Colegial.

Foi fundamental a participação das escolas particulares no encaminhamento da questão do ensino em Passo Fundo. Muito antes do surgimento da Universidade, já havia o costume de consórcio de esforços entre grupos particulares, pessoas e município, na busca de garantir as condições mínimas para o conhecimento.

A partir de 1910, o desenvolvimento do ensino começava a ter sensíveis melhoras, tanto assim que, em 1918, estavam as escolas assim distribuídas:

"O ensino primário está a cargo do Colégio Elementar (que neste ano possuía, entre ambos os sexos, 419 alunos matriculados) de 07 aulas estaduais, de 28 subvencionadas pelo Estado e 08 pelo município..."

Neste ano de 1918, o Intendente afirmava o mesmo que seria afirmado 30 anos depois, a respeito do ensino superior:

"O nosso meio ressentia-se da falta de colégio, em que seja ministrado o ensino secundário aos nossos jovens patrícios, que desejam completar os conhecimentos adquiridos nas escolas primárias e que, por escassez de recursos, não possam demandar a outros centros, onde tal ensino é ministrado." (12, p. 13)

De 1920 a 1930, mais ainda se desenvolvia o ensino primário e é mesmo significativa a alteração do número de aulas em funcionamento:

"O município, neste ano de 1930, subvencionou 75 aulas com a matrícula global de 3699 alunos; o Estado, 37, com 1480; 05 aulas particulares, com 147; 08 aulas estaduais isoladas, com 433; Colégio Elementar 1113; Escola Complementar, 47; Grupo Escolar de Carazinho, 432; Escola da Conferência São Vicente de Paulo, 113; Escola da Comissão de Terras, 28; Instituto Ginásial, 179; Ginásio Nossa Senhora da Conceição, 188 e Colégio Notre Dame, 170, dando, pois, o resultado geral 8029." (12, p 20)

Na verdade, percebe-se a forte decisão política de uma liderança que tinha consciência das constantes solicitações da população. Percebia Nicolau de Araújo Vergueiro que a questão do ensino era essencial para o homem da região, assim como tinha percebido seu antecessor, Armando Araújo Annes. O demonstrativo de despesa da Prefeitura, em relação ao ensino de 1928, quando Annes conduzia os destinos municipais, foi de 21.550\$000 rs. e as despesas, em 1930, no exercício de

Vergueiro, foram elevadas para 30.240\$000 rs. Parece que as lideranças jogaram decisivamente com a questão do conhecimento, fazendo dele, na prática, uma prioridade.

Movimento significativo e ágil começou a ser realizado em Passo Fundo, em tomo de uma escola de preparação para professores. Eulina Bemardes Braga, em 1928, era "diretora do Colégio Elementar Protásio Alves, juntamente com a professora Ana Lulza Ferrão Teixeira." Eulina Braga, com o apoio do Intendente Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, e por força política deste, conseguiu que a Escola Complementar de formação de professores viesse a Passo Fundo. Nesta escola, até 1943, foram formados 236 alunos. Em 15 de maio, foi criada a "Escola Normal Osvaldo Cruz"\*. Também neste ano de 1943, o Ginásio Notre Dame passou a oferecer curso de formação de professores primários, pela implantação da Escola Normal Notre Dame.

Em 1940, já estavam estruturados os princípios básicos para a determinação política do ensino na região, os quais se delineavam:

1. na integração de esforços entre as lideranças municipais e iniciativas pessoais, principalmente confessionais;
2. na vocação do ensino com iniciativas pioneiras e de decisão local,
3. na sensibilidade da comunidade quanto às pressões das necessidades locais de ensino;
4. na tendência de avanço nos níveis de ensino, independentemente de apoio estadual ou federal;

---

\* Documento Interno da Escola Estadual Nicolau de Araújo Vergueiro.



5. no distanciamento do estado na perseguição de metas de ensino necessário.

Em 1939, mantém o município 17 escolas de 1ª categoria, 34 de 2ª e 90 subvencionadas, num total de 141 escolas. A frequência foi de 5 965 (12, p 20) Dos alunos existentes no município, a procedência variava entre as seguintes porcentagens:

- das escolas municipais: 50% a 60%;
- das escolas estaduais: 20% a 30%;
- das escolas confessionais: 20% a 30%.

Começava também, nesta época, a experiência escolar voltada para o trabalho, principalmente com atividades práticas voltadas à natureza.

O costume do ensino já se havia estabelecido e se tomara prioridade para as lideranças. A região se havia apropriado efetivamente do desejo de ter boas escolas. O homem conseguiu expressar a tendência interior que herdara de seus antepassados. Tomara-se tradição ter o homem da região de haver-se sozinho com a questão do ensino.

Em 1950, Passo Fundo já se tomara pólo de desenvolvimento e modelo de propostas de obras educacionais. Os municípios que se haviam emancipado, aprenderam formas de municipalização de ensino. O 2º Grau exigia a alternativa da continuidade, uma vez que muitos candidatos preparados para o ensino superior não possuíam condições de se deslocarem até a capital. Neste ano, eram os seguintes os colégios que ofereciam cursos de 2º Grau em Passo Fundo:

- Colégio Notre Dame;
- Colégio Nossa Senhora da Conceição;
- Instituto Educacional;
- Escola Normal Osvaldo Cruz.

### **III - O NASCIMENTO DE DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

O contexto histórico, com suas pressões, fez surgir inspirações originais em tomo do ensino. De um lado havia a forte tendência ao esclarecimento, por parte da sociedade civil, como forma de encaminhar a liberdade e a cidadania e, de outro lado, estavam as Igrejas, preocupadas com a formação cristã na Região Norte do estado do Rio Grande do Sul. A união de ideais fez nascer duas Entidades de Ensino Superior. A primeira, sob a denominação de Sociedade Pró-Universidade, e a segunda, chamada Consórcio Universitário Católico.

No capítulo anterior, já foi suficientemente examinada a questão do ensino do primeiro e do segundo grau e foram percebidas duas ideias fundamentais:

1ª - Já se instalara o costume de se fazerem planos e de se dispenderem esforços para suprir as deficiências ou a ausência do Estado no atendimento às necessidades educacionais e da saúde. Ora através de esforços particulares, ora por meio de consórcio entre pessoas e municípios, ou ainda pela abnegação de congregações religiosas, criadas com o objetivo de se dedicarem à educação e à saúde, a comunidade organizava-se na preparação de professores e no erguimento de escolas.

2ª - As instituições de 2º grau, pelo número de alunos formados na região, sediavam a pressão para o surgimento do 3º grau. No Rio Grande do Sul, somente Porto Alegre e Pelotas ofereciam Cursos Superiores e podiam absorver um exiguo número de estudantes. A maioria dos egressos do 2º grau, quer por dificuldades financeiras, quer pelo número de candidatos que excedia o número de vagas das referidas Universidades, não podia dar vazão ao desejo de frequentar o ensino de 3º grau. Dentro do espírito da ética comunitária, não seriam vistos como extraordinários os esforços necessários para a concretização do ensino superior.

### **3.1. A CRIAÇÃO DA SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE**

No dia 24 de janeiro de 1950, no Jornal o Nacional, foi apresentada a seguinte notícia:

**"FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**

**UMA REUNIÃO HOJE NO CLUBE COMERCIAL**

Deverá reunir-se hoje à noite, às 20:30 horas, no Salão Nobre do Clube Comercial, a classe representativa desta cidade, composta de elementos como advogados, médicos, engenheiros, farmacêuticos e outros, bem como industrialistas e comerciantes, a fim de deliberar sobre a fundação da Universidade de Passo Fundo, uma das principais aspirações das classes culturais de nossa terra.

Para este fim, estão sendo convidados todos os expoentes que exercem profissões liberais, bem como os do comércio e da indústria."

Estava, assim, lançada a proposta que devia iniciar as deliberações sobre a Universidade de Passo Fundo. Nascia da comunidade e nem ao menos exibia-se o nome de quem a convocava.

Nessa reunião, estiveram presentes e deram a sua viva participação as seguintes pessoas: Isaac Melzer, João Bigois, César Santos, Rômulo Cardoso Teixeira, Frederico Morsch, Celso da Cunha Fiori, Verdi de César, Francisco Antonino Xavier e Oliveira, Sadi Pinheiro, Gomercindo dos Reis, Padre Ernesto Greiner, Irmão Paulo Maria, Sabino Santos e Antônio Donin.

A palavra primeira coube ao senhor César Santos que, em seu discurso, evidenciou o fato de que uma Universidade evitada o êxodo dos estudantes da localidade e atrairia outros jovens da região para Passo Fundo.

Melzer foi prudente ao afirmar, depois de alguns mais terem falado, que as escolas deviam ser implantadas, visto que não considerava viável a criação de uma Universidade. Por ele foram indicadas as primeiras: Comércio, Farmácia e Odontologia.

Ainda mais outras ponderações foram feitas e esclarecimentos foram dados, como contribuição à viabilização do objetivo da reunião.

A reunião de 24 de janeiro foi o epicentro do movimento universitário. No artigo de 25 de janeiro, transparece um clima

de euforia pela ideia. Para melhor ser vista e julgada tal possibilidade, foi designada uma Comissão assim constituída:

Presidente: César Santos

Outros membros: Isaac Melzer, Celso da Cunha Fiori, Frederico Morsch, Francisco Antonino Xavier e Oliveira, Verdi de César, Rômulo Teixeira, Irmão Paulo Maria e Revdo. Sadi Pinheiro.

Dois destaques ainda foram motivo da concentração e de muitas palavras:

- a formação de uma sociedade e a elaboração de estatutos cujos dispositivos seriam organizados pelos senhores Celso da Cunha Fiori, Antonino Xavier e Oliveira e Frederico Morsch;

- as escolas, finalidade dos esforços dos quais todos iriam se ocupar, seriam Filosofia, Comércio, Agronomia, Farmácia, Odontologia e Belas Artes. (O Nacional, 25/01/50)

Por muitos dias ainda, a comunidade estava entregue à emoção da ideia e ocupada com as pessoas que estariam mais aptas e dispostas a levar adiante, com cuidado e determinação, um propósito tão elevado. Muitos anos mais seriam necessários para passar a limpo as intenções do dia 24 de janeiro. Da grande ideia e de sua feliz e justa emoção para o ato eficaz e objetivo que materializaria o pensamento e a vontade, zelosos anos se passariam. A possível e motivada razão deveria ser purificada pela demorada dedicação. Inúmeras palavras foram ditas, o que indicava o desejo de apressar o que fora propositado, mas ao menos um lustro seria o tempo necessário para a concretização do sonho levantado. Não raras vezes seria dito: "Nossa opinião

desinteressada é que a Universidade de Passo Fundo deve sair."  
(O Nacional, 28/01/54)

Invocava-se o dia 24 como data histórica e dava-se ênfase ao potencial dos estudantes existentes nos quatro Ginásios: O Conceição, o Instituto Educacional, o Notre Dame e o Osvaldo Cruz, único público.

Houve comentários pessimistas, como o do dia 31 de janeiro de 1950, no Nacional, pois alguns depreciavam a inteligência profissional da região, afirmando que haveria extrema dificuldade na composição dos quadros docentes. Mas havia aqueles que invocavam a coragem de todos e a responsabilidade de César Santos na condução, a bom destino, daquilo que era objeto de grande expectativa por parte da comunidade.

O que mais se fez, nos meses que se seguiram ao evento público, foi reunir o apoio de lideranças regionais, para que todos se convencessem de que era bom, justo e legítimo o que estava sendo buscado para os jovens.

Muito ânimo veio, ainda em fevereiro, de parte da União Gaúcha de Estudantes, seção de Passo Fundo, através do ofício endereçado ao limo. Sr. Prof. César Santos, Presidente da Comissão Central Pró-Criação da Universidade de Passo Fundo.

Em meio a grande entusiasmo, no dia 03 de fevereiro de 1950, foi eleita a Diretoria da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, que ficou assim composta:

Presidente - César Santos

Secretário - Frederico Morsch

Tesoureiro - Francisco Antonino Xavier e Oliveira

Para o Conselho, foram eleitos os seguintes membros:

Rômulo Cardoso Teixeira, Irmão Paulo Maria, Mário D. Hoppe, William Schisler, Paulo Ferreira Leite, João Junqueira Rocha, Sabino Arias, Daniel Dipp, João Bigois, Verdi de César, Wolmar Salton, Carlos Galves, Padre Ernesto Greiner, Isaac Melzer e Sady Machado, pastor da Igreja Metodista.

Estava constituída a Organização Civil e Comunitária e poderiam ser agilizados os passos para os fins almejados. O esforço dispensado não podia ficar restrito aos interesses de Passo Fundo, tanto assim que autoridades da região pronunciaram-se, incentivando a concretização do projeto. Vinham ainda muito votos de sucesso de Erechim e de Lagoa Vermelha.

No Diário de Notícias de 11 de março do mesmo ano, a notícia da posse da Diretoria e do Conselho foi dada para o Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que se dava conta de que no norte do Estado nascia um espaço com a seguinte exposição de motivos para a sociedade:

"Uma Universidade em Passo Fundo não é uma utopia. Ela pode ser concretizada graças à cotização dos esforços de cada um. É uma grande necessidade para a região, que será suprida com a dedicação dos membros do Diretório e do Conselho, bem como a de todos os Passo-Fundenses."



A esta exposição se referiu também César Santos ao afirmar os benefícios que seriam proporcionados aos jovens da região e o imperativo auxílio que as autoridades deveriam conceder.

Rômulo Teixeira, na data da posse, inspirado, falou:

"Precisamos de uma Universidade que ministre a luz do saber e que, ao invés de investigar a bomba atômica, faça da ciência o apostolado da paz, do bem-estar e progresso humano." (Diário de Notícias, 11/03/54)

As notícias já estavam, além do município e da região. Falava-se tanto para comunicar a alegria do evento projetado, como para comprometer ainda mais a cidade, que não podia esquecer o que fora dito com tanta convicção.

Nas reuniões realizadas, o exame acurado encarregou-se de discernir o sonho da realidade. Entre os cursos propostos, foram percebidas severas dificuldades e surgiu, em primeiro lugar, o Curso de Direito.

Em maio, Antônio Donin apresenta no Jornal O Nacional, razões de seu entendimento sobre a criação de uma Universidade:

- Deve-se desenvolver a educação, proporcionando condições à melhoria do nível

técnico das profissões.

- Não é justo submeter os jovens às dificuldades do custo de vida, enquanto se pode

oferecer, perto de suas casas, o ensino superior.

- A criação da Universidade obedece ao espírito da época, que concede autonomia os municípios.

- A distribuição mais equitativa da inteligência e da cultura poderá acontecer mediante a criação do Curso Superior em Passo Fundo.

"Não podemos ser daqueles que julgam que somente os homens das capitais possuem alma criadora " Donin ainda afirma em sua observação que se destacam as personalidades nascidas no interior daquelas das capitais.

Conclui as suas razões, afirmando: "Se os homens dos grandes centros têm mais oportunidades, ao homem do interior foram legados a coragem, a têmpera e o dinamismo."

A intenção de se romper com o costume histórico do privilégio dado aos grandes centros continua a ser apresentada com pertinácia, a ponto de perfazer uma tese e um princípio moral. Emani Reichmann afirma: "A formação do Brasil em grandes Estados, em virtude de sua grande extensão territorial, criou nas elites dirigentes uma mentalidade errada em relação aos pequenos centros." (O Nacional, 26/05/50) Com relação à ideia de democratização de oportunidades, Emani reclama da pungente realidade imposta ao homem do interior, como se a ele só fosse dada a competência de pagar impostos. Diz que se podem e se devem exercer atividades sociais mais elevadas. Assim sendo, "apesar de todas as dificuldades, a ideia, aqui lançada, não morrerá como fumaça."

Do ânimo forte e generoso das ideias, urgia, entretanto, passar a ações eficazes:

Em julho, foi noticiado que, para 1951, seria instalada a Faculdade de Direito e, na tentativa de reunir esforços, foi escolhido, como Coordenador da empresa a ser iniciada, o Senhor João Junqueira Rocha. Duas seriam as primeiras dificuldades a serem enfrentadas:

1ª - encontrar um local apropriado e recursos financeiros em tomo de 200.000 cruzeiros para adquiri-lo;

2ª - compor o quadro de Professores.

Desde o início, houve tentativas de envolver o Estado no compromisso de manter o ensino superior. Em setembro, Antônio Donin, por ocasião da vinda de Getúlio Vargas, fez um discurso, provando a necessidade desta obra na região, utilizando os argumentos anteriormente aludidos.

A Prefeitura sempre fora convidada nos momentos decisivos e sobre ela recaiu, mais tarde, o ônus de contribuir, decisivamente, para a materialização da obra educacional. Na época, não houve nenhum candidato a deputado que deixou de prometer que estaria solícito em atender a tão elevado empreendimento e que tudo faria para abrir as portas da instância do Estado que estava representando. - Antônio Donin, como candidato a Deputado Estadual, foi o mais fervoroso em assumir a posição de luta em prol do que havia idealizado.

Desde os primeiros dias em que se acalentou tal ideia, foi claro o entendimento de que o que estava sendo gestado não era de interesse particular, pois possuía natureza pública e, portanto, cabia, principalmente, ao Estado, assumir sua parcela na objetivação do que havia sido deliberado. Estava suficientemente claro que o projeto seria consorciado e que o seu

fim não seria outro que o de servir à comunidade regional. Todos os segmentos sociais estavam sendo convocados para a criação do Ensino Superior e a notícia pertencia à região, não sendo mais exclusividade de Passo Fundo, o que constituía mais uma razão para pressionar o Estado a fazer a sua parte.

Quem pretender a fidelidade às raízes deste modelo institucional deve atentar para algumas dimensões básicas que perfazem sua natureza:

- a dimensão de um serviço social vinculado à região da inserção institucional;

- a dimensão da administração adstrita à própria instituição;

- a dimensão da qualidade do conhecimento elaborado e transmitido, para que seja verdadeira luz para as ações;

- a dimensão do consorciamento que sempre foi invocada e praticada;

- a dimensão da entrega pessoal e da solidariedade ao projeto institucional.

Até janeiro de 1951', nada de objetivo foi feito. O discurso ainda estava esvoaçante, embora já definido o Curso de Direito. Após um ano, Antônio Donin escreve: "Universidade de Passo Fundo, eu te saúdo, porque tu serás a grandeza do Rio Grande do Sul e a glória das gerações futuras." (O Nacional, 24/01/51)

Ainda no 1º semestre de 1951, a Sociedade Pró-Universidade recebeu as instruções do Ministério da Educação e Saúde, relativas às leis reguladoras da matéria (O Nacional, 14/08/51), para implantação do Ensino Superior. Continuavam

sistemáticas as reuniões com as mesmas pessoas na Diretoria e no Conselho, exceção feita na Vice-Presidência da Diretoria, assumida pelo Dr. Celso Fiori, em 05/08/51)

Os elogios à ideia, as mensagens de apoio e os pedidos de colaboração continuaram até meados de 1952. Foi assim que Sófocles Bueno, Presidente do Grêmio Estudantil Nossa Senhora da Conceição, recebeu resposta do Senhor Ministro da Educação e Saúde, através do seu Chefe de Gabinete, Péricles Pinheiro:

"Resposta telegrama 22 de abril último, informo processo relativo ao Estabelecimento de Ensino Superior nesse município, aguarda que a entidade mantenedora satisfaça as exigências do Decreto-Lei nº 421 de 1938, conforme lhe foi determinado."

Revela-se, assim, que a dificuldade fundamental era o preenchimento das condições necessárias ao cumprimento da lei. Havia grande fragilidade técnica na elaboração do projeto a ser encaminhado.

Em novembro de 1952, o então Inspetor Federal de Ensino, Sr. Frederico Morsch, teve a ingrata tarefa de comunicar que o projeto de criação da Universidade fora rejeitado pelo Presidente Getúlio Vargas, que afirmava que o veto tinha origem na necessidade de serem criadas, em primeiro lugar, escolas superiores, para depois se projetar a criação de uma Universidade. O Inspetor ainda fazia referência à urgência de se equacionar a questão do espaço físico necessário para a instalação das escolas superiores. Lastimou o inspetor que a oferta do Irmão Paulo Maria não houvesse sido aceita, a qual oferecia o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, para que o

empreendimento pudesse ser levado adiante com mais objetividade. O aguilhão apenas fez que, com mais persistência e humildade, a ideia fosse sendo levada adiante. (O Nacional, 18/11/52)

O primeiro semestre de 1953 foi de perplexidade diante do veto nos pleitos efetuados. A partir de julho, porém, três foram as preocupações que estiveram presentes às reuniões de estudos da Diretoria e Conselho. Agora já não se falava na Universidade de Passo Fundo, mas na criação de Escolas Superiores e, neste contexto, firmava-se o que devia ser atendido dentro da exigência legal:

- a infra-estrutura física e material a ser criada;
- a definição dos cursos a serem oferecidos;
- a formação do Corpo Docente para atender aos cursos definidos.

No dia 13 de agosto de 1953, em Reunião do Conselho, foi designado o Sr. Wolmar Salton para aproximar a negociação entre a Sociedade e a família Barbieux, para aquisição da casa que seria o primeiro patrimônio. Foi acertado, também, que o curso que primeiro devia ser encaminhado era o de Direito e, logo após, o de Filosofia.

Em novembro deste mesmo ano, os membros da Sociedade já podiam realizar suas reuniões na Sede da Sociedade Pró-Universidade (antiga casa dos Barbieux).

No dia 15 de outubro de 1953, é divulgado edital para Concurso de Professores aos Cursos Livres de Direito, Filosofia, Pedagogia e Didática, nas disciplinas do primeiro ano.

No dia 10 de dezembro, por sugestão de Antonino Xavier e Oliveira, foi nomeada uma Comissão para examinar os títulos e apresentar parecer e classificação dos candidatos

A Comissão, na reunião do Conselho, apresentou um parecer no dia 15 de dezembro no qual "propõe que apenas os títulos dos candidatos a professores das cadeiras do curso de Direito sejam contemplados."

Como a publicação do Edital de Classificação do dia 23 de dezembro não se coadunava com a decisão do Conselho, houve um certo constrangimento, logo superado. Essa correção ocorreu no dia 29 de fevereiro de 1953. Foi ainda proposto que, face à ausência do Conselheiro Presidente, Dr. João Junqueira Rocha, e à urgência do assunto, o Conselheiro, Dr. Mário Hoppe, fosse autorizado a publicar edital para a inscrição aos Exames Vestibulares, advertindo sobre os possíveis riscos a que estariam sujeitos os candidatos inscritos.

Persistia, em fevereiro de 1954, a ideia de inscrição ao Vestibular, estipulando-se preços, inclusive da matrícula e da frequência, a serem pagos de março a dezembro. Na reunião de 04 de fevereiro de 1954, deliberou-se sobre a criação de um Curso de Agronomia, ficando a Comissão de Estudos Constituída por Ney Menna Barreto, Pedro Pacheco e Lamaison Porto.

Em reunião do dia 08 de fevereiro, com a presença do Dr. César Santos e do Dr. Celso Fiori, Presidente e Vice-Presidente da Diretoria, foi esclarecido que a maioria dos candidatos que haviam buscado a Sociedade não estavam dispostos a correr os riscos de realizar um Curso de Direito sujeito a veto. Mediante tal argumentação, o Conselho resolveu suspender a inauguração do Curso, até ser obtida a prévia autorização do Governo para o seu

funcionamento, na forma da Legislação Federal, embora com 45 candidatos dispostos aos riscos.

João Junqueira Rocha, nessa mesma sessão, afirmou que vinha exercendo o cargo de Diretor interino. Ocorreu, então, uma escolha, caindo a Direção para Reissoly José dos Santos e a Vice-Direção para Mário Braga Júnior. O Conselho autorizou a abertura de novo edital para provimento de todas as disciplinas, exceto para as já providas.

Ainda em fevereiro, o Conselho prestou contas à Prefeitura, pois esta fizera substancial doação, tanto para aquisição da sede, como para reforma da mesma, fato que lhe propiciou condições de servir de escola.

Maior fora o compromisso assumido em 29 de janeiro, quando a Escola de Direito teve a garantia financeira e patrimonial assumida pela municipalidade. Reafirmava-se o que já fora dito, em observação no Diário da Manhã, em 29 de janeiro de 1950, ao refletir sobre a decisão de aqui se implantar o Ensino Superior: "Assim o faremos porque somos um povo que sabe o que tem de fazer e tudo fará para o fiel cumprimento de seu destino..."

A ideia da criação da Faculdade de Agronomia foi proposta como esforço integrado com o Ministério da Agricultura, o que veio revelar a importância dada ao consorciamento de esforços nos objetivos da instituição que nascia.

Contudo, o que mais animava era o primeiro e decisivo passo no ensino superior, com reconhecimento do Estado: a oficialização do Curso de Direito. Para tanto, foi criada uma



comissão com o objetivo de pressionar o Ministério da Educação a autorizar o funcionamento do pretendido curso. Houve, em abril, a criação do Comitê Estudantil, associado ao Comitê Central e começaram veementes apelos telegrafados ao Ministério da Educação. Neste mês, a cidade toda ficou em vigília e, em programa diário nas rádios, em artigos nos jornais, em mensagem à Assembléia Legislativa, apontava-se para as condições legais atendidas.

Na cidade de Rio Grande, ecoou o que era feito na região do Planalto Médio, tanto que, em artigo de 21 de abril, o Jornal "Rio Grande" manifestava admiração pelo apoio integral dado pela Prefeitura, que assumia a doação de 500 mil cruzeiros anuais em favor da instituição. O mesmo artigo apontava o descaso do Estado do Rio Grande do Sul, que negava apólices da dívida pública para garantia das escolas que aqui estavam sendo pretendidas. Por outro lado, instigava o orgulho do Rio Grande para que se superasse "essa inexplicável situação de inferioridade."

Em maio, a Sociedade Pró-Universidade recebeu, para inspeção, a visita de um técnico do Ministério da Educação, o que resultou na melhoria do proposto quadro docente. Foi a insistente pressão junto ao Ministério da Educação que fez com que o técnico fosse enviado para a referida inspeção. Veio, então, Walter Clemente, para auxiliar no encaminhamento do processo e dar seu parecer ao Conselho Nacional de Educação, o qual, posteriormente, com avaliação final deste, iria ao Presidente. O parecer do técnico foi o seguinte:

"Examinando cuidadosamente as condições atuais da Faculdade de Direito de Passo Fundo,

cheguei à conclusão de que, sob o ponto de vista das exigências do artigo 4º do Decreto-Lei nº 421, o estabelecimento se encontra em condições de funcionar, salvo melhor orientação dessa Diretoria." (O Nacional, 08/06/54)

O deputado César Prietto teve intermediação decisiva no processo de sensibilização do Presidente da República, para aprovação do intento.

César Prietto gestionou junto ao Conselho Nacional de Educação, a fim de que pudessem também ministrar aulas em cursos superiores aqueles que tivessem obras publicadas ou atuassem em cargos públicos com afinidade à disciplina, ou, ainda, que tivessem obras publicadas ou atuassem em cargos públicos com afinidade à disciplina pretendida.

Nada mais aconteceu de relevante no decorrer de 1954, a não ser que, no final do ano, foi concedido o valor de 300 mil cruzeiros à Sociedade Pró-Universidade, por parte da Prefeitura. A aplicação deste valor serviu para pagamento das promissórias, ficando, em definitivo, para a Sociedade, o imóvel adquirido junto à família Barbieux.

A demora na apreciação do processo era um aguilhão que instigava a preocupação, recaindo sobre os políticos da região a principal responsabilidade em agilizar uma resposta. O deputado Daniel Dipp, em maio de 1954, conforme O Nacional do dia 09, encaminhou expediente, solicitando resposta ao processo que já estava completo desde março deste ano. Obteve-a e esta propunha a necessidade de reencaminhamento do mesmo projeto, com melhores elementos para a aprovação do curso pretendido.

Para a melhoria da infra-estrutura institucional, em maio, foram concedidos mais 205 mil cruzeiros pelo Governo Federal.

Em setembro, Múcio de Castro lastima que o expediente que solicitava a criação da Faculdade de Direito ainda não houvesse sido apreciado e, como Deputado Estadual, proclama as condições para seu funcionamento, apontando para a nova construção próxima àquela anteriormente adquirida, para biblioteca de 3000 volumes e para a excelência do Corpo Docente (O Nacional, 05/09/ 55).

Para testemunhar de maneira mais concreta as condições de qualidade do Corpo Docente, é criada a Revista da Faculdade de Direito de Passo Fundo, cujo primeiro número é lançado em dezembro de 1955. As teses pertencem a vinte professores, constantes no quadro encaminhado ao Conselho Nacional de Educação. Em seu prefácio, é dito que se tem notícia de que um grupo de bacharéis em Direito desta cidade, está capacitado a, imediatamente, pôr em funcionamento o Curso de Direito e estão postos todos os itens que defendem a necessidade da descentralização do conhecimento em nível superior:

"A descentralização do Ensino Superior tem a vantagem de criar novos horizontes ao povo do interior e de difundir a cultura técnica... a inteligência, o estudo, a capacidade de inovar não é privilégio dos que vivem nos grandes aglomerados humanos... Esperamos que a mocidade possa recolher os frutos desta semente que ora se lança, para o bem das vocações individuais e para a difusão da cultura especializada em nossa Pátria..."

**CORPO ADMINISTRATIVO:**

**DIRETOR:** Dr. Reissoly José dos Santos

**VICE-DIRETOR.** Dr. Mário Braga Júnior

**SECRETÁRIO:** Prof. Sabino Santos

**ADMINISTRAÇÃO DA REVISTA:**

**DIRETOR-RESPONSÁVEL:** Dr. Verdi de Cesaro

**REDATOR-CHEFE:** Dr. Mário Artur Pansardi

Era cumprida mais uma etapa, e as dificuldades impostas criavam costumes institucionais, habilitando a Sociedade a que, em novos cursos, já se tivessem as formas de organizar os elementos de convicção, com vistas ao que era pretendido.

Para dar cumprimento aos prazos e à magnitude da obra em construção, Daniel Dipp apresenta emenda ao orçamento federal no valor de 900 mil cruzeiros para a Faculdade de Direito de Passo Fundo. Embora não resultasse ainda em Curso, o que estava sendo preparado tinha força para convencer sobre a grandiosidade da obra. Isto é revelado pelo editorial de 09 de dezembro de no Jornal O Nacional. E as ações concretas continuam, pois, no dia 07 de dezembro, Reissoly Santos vai ao Ministério da Educação, a fim de acompanhar o processo que fora encaminhado. Mas, somente no dia 21 de fevereiro de 1956, o Conselho Nacional de Educação aprova o Curso de Direito. A notícia foi recebida pelo Diretor, Dr. Reissoly Santos. Faltava somente o Decreto Precidencial, o que, na verdade, seria apenas um ato burocrático. A notícia veio alimentar o sonho da criação

de uma Universidade. No entanto, o queurgia ser feito, primeiramente, era a organização do Vestibular.

No dia 21 de março de 1956, o Presidente da República, Senhor Juscelino K. de Oliveira, sanciona o parecer do Conselho Nacional de Educação e, pelo Decreto ne 38.911, é criada a Faculdade de Direito.

A Direção da Faculdade encaminhou expediente ao Ministério, solicitado calendário especial, o que foi concedido, iniciando-se os procedimentos para o Vestibular. Com 24 candidatos selecionados, foram iniciadas as atividades acadêmicas na data prevista, isto é, em 04 de abril de 1956.

Foi feito convite ao Presidente do Conselho Nacional de Educação para a aula inaugural e recebeu-se o comunicado de que esta autoridade seria substituída pelo Professor João Carlos Machado. O referido Professor foi envolvido em significativas homenagens e convidado a proferir a aula inaugural. Como homenagem especial, foi dado o seu nome ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito e, em nome dos estudantes, nesta hora, foi solicitada a ampliação das vagas, o que foi aceito, tendo a resposta o seguinte conteúdo: "A solicitação já foi encaminhada aos colegas de Conselho, com a sugestão de se ampliara para 40 o número de vagas."

O impacto social da conquista foi demonstrado viva e extensamente. Efetivamente, a descentralização do ensino superior era possível para a região, independentemente da vontade política dos governos do Estado e da Federação. A região, pelas congratulações enviadas, demonstrava sua admiração pela nova forma de praticar a administração do ensino superior, mas, acima de tudo, os sentimentos de alegria

eram evidenciados pela oportunidade de haver na região ensino superior. Principalmente os Prefeitos da região diziam, a exemplo do Prefeito de Erechim:

"Cumpro grato dever ressaltar vosso meritório esforço sentido proporcionar nossa região Faculdade de Direito."

Na verdade, percebiam todos eles que a região, às suas custas, podia avançar no desenvolvimento. A repercussão foi tão grande que outros lugares se sentiram seguros para iniciar idêntico empreendimento.

Por este tempo, em âmbito nacional, havia uma mobilização provocada pelas greves, que atingia também as universidades e, a este movimento, o Diretório Acadêmico João Carlos Machado solidarizou-se encaminhando telegrama aos estudantes agredidos no Rio de Janeiro.

No mês de junho, houve consignação de um acréscimo no orçamento da União, em benefício da Faculdade de Direito, no valor de um milhão de cruzeiros. A prática de apoio consorciado foi assim demonstrada através da interferência política, confirmando-se a necessidade da mobilização de setores políticos para a estruturação do novo modelo institucional que se implantava. Na verdade, em 1955, as subvenções federais já haviam alcançado a cifra de 805 mil cruzeiros e garantido um orçamento para o ano de 1956, no valor de 900 mil cruzeiros.

No âmbito da Sociedade Pró-Universidade, no ano de 1955, havia sido deliberado sobre a criação das Faculdades de Agronomia, Filosofia, Ciências Políticas e Econômicas e Odontologia. Para a elaboração dos expedientes, foram

designados os conselheiros Nei Menna Barreto, Mário Daniel Hoppe, Salim Buaes e Paulo Leite.

Ao mesmo tempo em que a Sociedade Pró-Universidade fazia sua primeira e relevante conquista e se preparava para outras oportunidades de ensino superior, surgia um outro movimento similar, preocupado, entretanto, com a orientação na área educacional.

Dentro do contexto histórico, as igrejas, na região Norte do Estado, mais distintamente em Passo Fundo, foram os expressivos agentes na superação das imposições limitativas na questão escolar, principalmente no 2º grau.

Avançavam as exigências quanto à preparação dos recursos humanos face ao número crescente de alunos dispostos a seguir os cursos de 2S grau. Por outro lado, os dados revelados demonstravam que a morosidade, que assistia às intenções da Sociedade Pró-Universidade, poderia fazer que vários anos se passassem sem que fosse atendida a área educacional. Desta maneira, ou pelo costume de prover a educação, ou para garantir uma linha filosófica ao ensino superior, ou ainda, pelas exigências das circunstâncias, paralelamente, surgiu um esforço considerável através do Consórcio Universitário Católico, no qual se reuniam a Diocese de Passo Fundo e Ordens Religiosas Católicas. A ideia proposta foi levada, mas não oficialmente, ao Conselho da Sociedade, através do Conselheiro, Pe. José Gomes, afirmando que a Faculdade a ser criada poderia fazer parte da Sociedade (ata nº 18), que funcionaria no Colégio Conceição, que a Faculdade pretendia abrigar os Cursos de Pedagogia, Filosofia, Línguas Anglo-Germânicas e, possivelmente, História e

Geografia, que não haveria distinção de candidatos, quer por razões de sexo ou de religião, e que a orientação seria cristã.

Ressaltou-se, através do Pe. José Gomes, que as congregações poderiam transferir professores para Passo Fundo, com a finalidade de atender às exigências do ensino superior. Reiterou, por fim, que o Consórcio estava disposto a fazer parte da Sociedade e que a nova entidade assumiria todo o ônus para materializar o que era pretendido, liberando a Sociedade para outros cursos necessários.

Diante do exposto, foi solicitada uma reunião, na qual o Consórcio deveria oficializar o que pretendia, para que fosse estabelecido um estudo, com parecer através de Comissão, o que foi superado, delegando-se poderes ao Dr. César Santos para realizar o entendimento necessário.

Com o poder delegado, o Dr. César Santos fez o que lhe fora designado, buscando ofício da Secretaria Geral do Bispado e elaborando conjuntamente com representante do Consórcio, Irmão Gelásio, uma proposta que abrangia os interesses comuns das duas entidades. Na reunião do dia 06 de julho, esteve presente Dom Cláudio Colling, Bispo Diocesano, que reafirmou o que na reunião anterior já fora exposto, acrescentando que o projeto deixava em aberto a possibilidade de incorporação do Consórcio na futura Universidade de Passo Fundo. A proposta, aprovada por unanimidade, reforçava a ideia de, futuramente, integrarem-se os esforços das duas Instituições.

Entretanto, outros esforços eram dispendidos com a intenção de melhorar a proposta de cursos.



Apesar das dificuldades a respeito dos recursos humanos, foram completadas as exigências legais e, na segunda quinzena de setembro de 1956, deu ingresso no Conselho Nacional de Educação o expediente que continha os documentos e o pedido de autorização para o curso de Ciências Políticas e Econômicas. O expediente fora preparado pelos membros da comunidade, ocupados com esta área do saber, que eram os senhores Salim Buaes, Sabino Santos, Walter Nöthen, Rubi Falleiro, Mário Braga Júnior, Professor Miguel Langoni e Rômulo Cardoso Teixeira. Nascia, assim, um costume institucional: entregar à comunidade responsabilidade de ocupar o espaço na construção do saber nas áreas onde houvesse demanda e competência para assumir os esforços e exigências a serem atendidos. Iniciava-se a implantação definitiva e abrangente da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo.

### **3.2 - A CRIAÇÃO DO CONSÓRCIO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO**

No Rio Grande do Sul, a iniciativa religiosa já havia introduzido experiências de 1º e 2º Graus e, através da PUC/RS, provara ser possível a conquista do 3º Grau. Não havia, portanto, nenhuma novidade naquilo que se proporia para a região. Aqui, a iniciativa leiga apresentava uma dimensão generosa, embora lenta, na área de 3º Grau. Por outro lado, não havia por que afastar a oportunidade de a Igreja contribuir com seus esforços e garantir a orientação cristã numa obra de construção do saber. Ela já havia dado sua colaboração na organização da saúde,

através do Hospital São Vicente de Paulo e podia avançar ainda mais na área do conhecimento.

Sob a liderança de Dom Cláudio Colling, julgou-se oportuno que tal decisão fosse tomada a partir das reuniões entre instituições religiosas, contatos com a PUC e com o SPU. Para materialização desta intenção, no dia 20 de junho de 1956, no Colégio Notre Dame, reuniram-se:

- Dom Cláudio Colling - Representante da Diocese de Passo Fundo

- Jakob Aloysius Weber - Representante da Sociedade dos Missionários da Sagrada Família

- Pedro Sartori Zanella - (Irmão) Presidente da Sociedade Meridional de Educação Marista Madre Maria Irmengarda - Representante da Congregação de Nossa Senhora.

- Madre Maria Maris Stella - Presidente da Associação Educacional e Caritativa.

O grupo pretendia a aprovação dos Estatutos do Consórcio Universitário Católico de Passo Fundo, que apresentava as orientações fundamentais que se transcrevem a seguir:

- "Destina-se à organização e à implantação do Ensino Superior no âmbito da diocese através de estabelecimentos isolados ou constituídos em Universidades.

- A associação civil não possui fins lucrativos.

- Na medida em que for necessário, cada uma dos associados deverá prestar a sua contribuição.

- Se houver vantagens financeiras, estas deverão ser reaplicadas nos estabelecimentos criados.
- O Consórcio será dissolvido, ou por decisão do Bispo Diocesano, ou por decisão da maioria das entidades associadas.
- Em caso de dissolução do Consórcio, o seu patrimônio reverterá à Mitra Diocesana.
- Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração."

Ainda naquele mês de junho, reuniu-se o Conselho que decidiu sobre a criação de cursos de Filosofia, Pedagogia e Línguas Anglo-germânicas. Para a organização da infra-estrutura dos recursos humanos e materiais bem como do processo a ser encaminhado ao Conselho Nacional de Educação, foram designados o Cônego José Gomes, o Irmão Gelásio e o Padre João Patalon. Esta Comissão se fez apoiar pela experiência técnica da Pontifícia Universidade Católica/RS, na pessoa do Irmão Faustino, que possuía o tirocinio do encaminhamento do Ensino Superior no âmbito de sua instituição. Este apoio tomou-se básico para a agilidade e propriedade no atendimento às exigências legais.

Nos dias 16 e 17 de outubro, estive em Passo Fundo o Dr. Franklin Olivê Leite, representante do Ministério da Educação, para analisar as condições locais de infra-estrutura exigida para o funcionamento dos cursos de Filosofia, Pedagogia e Línguas Anglo-germânicas. Seu parecer verbal serviu de ânimo aos membros do Consórcio. Na reunião do Conselho Administrativo do dia 1º de novembro do mesmo ano, Dom Cláudio Colling

relatou seu encontro com o Sr. Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, o qual apôs sua assinatura ao processo de solicitação de funcionamento dos cursos citados. O Presidente solicitava ao Sr. Jurandir Lodi, Diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação, que o processo tivesse despacho favorável até o final de novembro. Os documentos foram entregues ao Deputado Daniel Dipp, que os repassou ao Diretor Lodi, pessoalmente.

Outros esforços foram realizados, como a solicitação de apoio financeiro junto ao Governo Federal, a qual por ter sido enviada com atraso na elaboração do orçamento, não obteve acolhida. Buscou-se, também, um local adequado para o funcionamento da nova instituição pois tinha-se a ideia de tomá-la independente, inclusive em seu espaço físico.

Somente em dezembro foi divulgada à comunidade regional a notícia do funcionamento dos cursos de Filosofia, Pedagogia e Línguas Anglo-germânicas. No dia 16 de dezembro foi dada a saber a conquista já preparada, quando o Irmão Gelásio comunicou que, no dia 04 de dezembro de 1956, através do decreto nº 40.490, haviam sido autorizados os cursos de Filosofia, Pedagogia e Letras Anglo-germânicas. Foram autorizados também os cursos de História e Geografia, os quais seriam oferecidos, oportunamente, provavelmente em 1957. As inscrições para o vestibular seriam realizadas no período de 02 a 20 de janeiro e os cursos iniciariam no dia 16 de fevereiro. Comunicou, também, que, dentre os políticos, fora obtido decisivo apoio dos Deputados Daniel Dipp e Daniel Faracco e que o expediente tivera bom êxito com o empenho do Irmão Faustino e com a dedicação e pertinácia de Dom Cláudio Colling.

A reportagem do Diário da Manhã do dia 24 de dezembro foi, mais uma vez, ouvir o Irmão Gelásio que “com sua habitual lhanza, mui gentilmente a recebeu e, com a maior boa vontade”, prontificou-se à nova entrevista. Foi comunicado que o Consórcio Universitário Católico ofereceria um curso preparatório para os candidatos ao Concurso Vestibular. O Vice-Diretor também ofereceu cópia do decreto, que dizia:

“O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, Item I e nos termos do artigo 23 do Decreto-Lei número 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo Único: É concedida autorização para o funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia, História, Pedagogia e Letras Anglo-germânicas da Faculdade de Filosofia de Passo Fundo, mantida pelo Consórcio Universitário Católico de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1956; 135ª da Independência e 68ª da República. -Juscelino Kubitschek - Presidente da República - Clóvis Salgado - Ministro da Educação.”

Ainda nesta reportagem, aludiu-se à criação da Universidade de Passo Fundo, ao que o Irmão Gelásio respondeu que a pretensão “exige um estudo cauteloso por parte das entidades mantenedoras.”

As notícias ressaltavam, por estes dias, a importância da conquista para a região, uma vez que as escolas de 2º Grau poderiam ter melhor fomento na preparação de seus professores. O norte do Estado, que estava sem um espaço para

preparar seus professores, agora o tinha. Apontava-se, inclusive, para os benefícios que o acontecimento estaria trazendo às escolas de Santa Catarina. Havia, assim, plena consciência da magnitude dos benefícios para o desenvolvimento do homem da região.

No dia 09 de março de 1957, aconteceu a posse do Diretor da Faculdade de Filosofia e de seu Vice-Diretor, Cônego José Gomes e Irmão Gelásio Maria, respectivamente, e, logo a seguir, naquela tarde de sábado, proferiu palestra o Sr. Emani, Diretor do Instituto de Filosofia de UFRGS, com o tema “O Nada e o Absoluto.”

### **3.3 - IMPLANTAÇÃO DA SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE**

Se, de um lado, a conquista do ensino superior era pronunciada com satisfação, de outro era necessária a permanente e planejada ação com a finalidade de materializar-se cada vez mais o projeto universitário.

Os esforços da Diretoria da Sociedade Pró-Universidade, em 1957, encaminhavam-se em duas direções:

a primeira, para proceder às ações necessárias para a condução dos cursos novos, principalmente, Ciências Políticas e Econômicas;

a segunda, para formar a infra-estrutura física condizente com as pretensões de formar um futuro Campus Universitário. Esta preocupação foi atendida com a aquisição de

550 mil metros quadrados, adquiridos de Antônio Bitencourt Azambuja, sendo outros 50 mil metros por ele doados.

A escrituração teve expressão comunitária, a ponto de as lideranças comemorarem com entusiasmo a conquista institucional. Os representantes do Consórcio estiveram presentes, comprovando-se o interesse na integração. O evento foi comemorado em 27 de julho de 1957.

As notícias acadêmicas, em tomo de perspectivas de desenvolvimento universitário, somente ocorreram nos primeiros meses de 1958. Pela ampliação do espaço físico, no prédio entre a Avenida Brasil e a Rua Paissandu, houve solicitação ao Ministério da Educação, para elevação do número de vagas do curso de Direito, o que, de fato, foi concedido, chegando a 98 o número da segunda turma, havendo possibilidade de se oferecer o curso em dois turnos, ampliando-se as vagas para 196.

Para atendimento dos pretendentes ao Concurso Vestibular da Faculdade de Direito e dos que pretendiam ingressar na Faculdade de Filosofia era oferecido um curso Pré-Vestibular. Assim, havia intensa movimentação em tomo do curso autorizado, com vistas aos exames de ingresso e aos exames oferecidos na 2ª época, através de edital.

Boa mensagem foi trazida a Passo Fundo no dia 23 de fevereiro de 1958 com a autorização do curso de Ciências Políticas e Econômicas, pelo CNE. O esforço de Salim Buaes, Mário Braga Júnior e de João Walter Nöthen foram recompensados, pois o expediente e a convicção dos professores da região não fora tarefa fácil de ser concluída.

No dia 15 de março, um fato comum, como a defesa de um réu por parte de um acadêmico de Direito, Dalvo Fiad, em júri, demonstrou a excelência dos procedimentos revelados pelo estudante. Mesmo este, reconhecia, de público, que estava preparado para o processo jurídico, graças ao eficiente ensino ministrado em sua Faculdade. Isto, certamente, foi um testemunho importante, que demonstrava que a forma de realizar, o ensino superior, na convocação dos melhores profissionais de uma região, era válida, meritória e garantia a excelência de uma área do saber. A avaliação do ensino, na modalidade surgida do esforço comunitário, realizava-se, desde seu início, através do critério da relevância e justiça às exigências vinculadas à área de influência da instituição. A própria comunidade manifestava-se, por meio do Diário da Manhã de 15 de março de 1958: “Primeira vitória da Faculdade de Direito de Passo Fundo.”

No final de abril de 1958, é autorizado o curso de Ciências Políticas e Econômicas, pelo Presidente da República. O Sr. Salim Buaes, indicado como Diretor desta Faculdade, comunica, então, em edital, o concurso vestibular para os dias 11 e 15 de maio. Comunica, ainda, que as aulas terão início no dia 17, não havendo férias de julho e que as provas parciais e finais serão em agosto de 1958.

Vinte foram os candidatos aprovados. Importava muito começar, apesar da época e das dificuldades resultantes do exíguo número de alunos.

Modifica-se o Conselho da Sociedade Pró-Universidade, que vinha sendo presidido pelo Professor Mário Hoppe, o qual, na função, foi substituído pelo Gen. Henrique Geisel. Entretanto,



as decisões deste ano de 1958 foram levadas a efeito apenas em nível de Diretoria da Sociedade.

Pelas informações dos jornais, pode-se ressaltar, nesse ano de 1958, o ânimo dos universitários, manifestação em eventos sociais, nos convites e realizações de acontecimentos culturais, promovidos pelos acadêmicos locais em conjunto com outros centros universitários.

Nesse primeiro e animado semestre de 1958, chegou a público a notícia da possível integração entre as entidades existentes para, unidas, organizarem o sonho de 1950: a Universidade de Passo Fundo. Pela primeira vez é incluído o Instituto de Belas Artes no Consórcio das entidades que desejavam constituir-se em Universidade. Em junho, no Diário da Manhã do dia 08, é trazida a público a notícia da iniciativa de congregarem-se os esforços das duas Instituições para a criação da Universidade. Os alunos, através de seus diretórios, propunham igual disposição e, em setembro, era criada a Federação dos Universitários de Passo Fundo. O clima parecia propício para a realização do que fora idealizado.

Em outubro, foi realizada uma concorrência pública que visava ao projeto da Cidade Universitária e, no dia 03 de dezembro de 1959, foram levados, ao conhecimento de todos, os resultados finais dos 10 concorrentes.

No final deste ano, surgiu a boa notícia do reconhecimento do Curso de Direito e a notícia da liberação de verba federal, no valor de 800 mil cruzeiros.

O ano de 1959 foi fértil para as atividades estudantis, tanto pela participação de estudantes em eventos, como pela

realização dos primeiros cursos de extensão e de congressos promovidos pela Federação. Em novembro, foram iniciados os estudos para criação do Curso de Odontologia.

Merece destaque a maneira de se fazer iniciação à vida universitária: os calouros celebravam seu ingresso em passeata, na qual apresentavam carros alegóricos, através dos quais emitiam críticas a acontecimentos sociais e políticos que estavam em evidência. A população fazia sua “catarsis” na teatralização dos problemas que afligiam a comunidade local e o próprio país.

Em 1960, movimentou-se a Sociedade Pró-Universidade, junto ao Estado do Rio Grande do Sul, a fim de este dotar a Instituição de condições para a criação da Faculdade de Agronomia cujos estudos estavam sendo ultimados em abril deste ano. Igualmente, a Faculdade de Belas Artes teve seu expediente encaminhado para autorização de funcionamento. Em maio, foi concluído o processo de autorização e regimento interno da Faculdade de Odontologia cujos equipamentos já haviam sido adquiridos.

Ao mesmo tempo que esta iniciativa era levada a ponto de ter-se como criada a Faculdade de Odontologia, tendo-se o processo oficial concluído e encaminhado, esboçava-se a construção da cidade universitária. No dia 20 de setembro de 1960, utilizados procedimentos idênticos aos praticados na criação da Faculdade de Odontologia, é fundada a Faculdade de Agronomia, indicando-se o Diretor e o Corpo Docente. Para agilizar a autorização, o Diretor da Faculdade de Direito, Reissoly José dos Santos, vai a Brasília a fim de solicitar a vinda de um verificador do Ministério da Educação, com o objetivo de dar

parecer sobre as condições de criação da Faculdade de Agronomia e da de Odontologia.

Convém salientar que, principalmente no final de 1960, foram redobrados os esforços na preparação dos expedientes legais para fins de solicitação de autorização dos cursos de Agronomia, de Odontologia e do Instituto de Belas Artes. O Professor Reissoly José dos Santos, que então se aposentava, recebeu a incumbência de acompanhar os processos recém referidos junto ao Conselho Nacional de Educação. Ao retomar, em novembro, comunicou que os processos de Odontologia e Belas Artes estavam sendo analisados no Conselho Nacional de Educação, estando mais adiantados os estudos sobre a aprovação da Faculdade de Agronomia, tanto que já havia sido designado o Inspetor para verificação das condições de autorização.

Em reunião, ainda em novembro, a Diretoria autorizou, mais uma vez, a ida do Dr. Reissoly a Brasília, para acompanhar a votação do orçamento, aproximadamente, 30 milhões para a SPU. Os valores indicados estavam sendo pleiteados pelos deputados Guido Mondin e Tarso Dutra. Em janeiro de 1961, César Santos, o Prefeito Benoni Rosado e o Professor Menna Barreto foram à Capital do Estado, tentando garantir o apoio do Governo, mais precisamente do Deputado Victor Issler, Secretário da Fazenda. Os esforços não foram em vão, pois, ao final de janeiro, César Santos recebia o valor de 30 milhões em apólices do Tesouro. Estes valores tinham a estrita finalidade de aplicação nas obras necessárias à instalação da Faculdade de Agronomia. Ao ser levada a notícia para outros membros da

Diretoria, César Santos expressou-se com as seguintes palavras, enaltecendo o substancial auxílio:

"... pois que todas as outras liberdades se subordinam à liberdade de conhecer, que torna homens, povos e nações livres e independentes, extinguindo o colonialismo e fazendo o homem feliz. (Ata da Diretoria nº 116)

Nesse dia 30 de janeiro de 1961, ficou firmado o compromisso da criação de um Instituto da Liberdade de Conhecer, com a finalidade de oportunizar condições a todos que desejassem aprender. Com a intenção de agilizar este empreendimento, foi designado o Professor Mário Braga, que sempre esteve coordenando os empreendimentos acadêmicos. Parece que assim fora lançada a semente de um centro de Extensão de Conhecimentos e Pesquisas.

Ainda em fevereiro de 1961, com a finalidade de avançar no encaminhamento dos processos de autorização de novos cursos, o Professor Reissoly foi até o Rio de Janeiro e trouxe a notícia de que a Faculdade de Agronomia já estava com seu parecer favorável.

Em março de 1961, foi comprada uma olaria e respectiva área junto ao Campus Universitário, sito na área de campo já referida, com a finalidade de a Instituição realizar suas construções com custos reduzidos, além de um caminhão para o transporte do material. No mês seguinte, foi autorizada a compra de terras para o campo da experimentação da Faculdade de Agronomia.

Em 1961, os universitários, através da Faculdade de Ciências Econômicas, criam um suplemento do Jornal Diário da Manhã, o Hedonista, onde são expostas ideias em tomo de fatos da economia, ampliando-se a visão crítica e buscando-se um novo ordenamento das questões da política econômica e mesmo do polêmico e incipiente movimento de esquerdização da América Latina.

Em abril desse ano, a notícia de autorização para o funcionamento da Faculdade de Agronomia agradou a todos e, no final do mês, já se anunciava a abertura de concurso vestibular.

As primeiras ideias a respeito da criação da Faculdade de Medicina começavam a ser levantadas pela Diretoria da SPU. Já em maio, apontava-se o primeiro Diretor, Dr. Adhemar Petracco, bem como aprovava-se o Corpo Docente na esfera do Conselho da SPU.

Neste mês, realizou-se a sessão solene de instalação do Instituto da Liberdade de Conhecer, que passou a funcionar dentro dos seguintes princípios postos pelo presidente da SPU:

"Primeiro - Somos pela Liberdade de Conhecer, entendido como a mais ampla oportunidade de adquirir conhecimentos de nível superior

Segundo - Somos pela interiorização do Ensino Superior, para que se propiciem, também, oportunidades aos que são cerceados na liberdade de aprender pela limitação de estabelecimentos de ensino.

Terceiro - Somos pela reforma que integre a Universidade na realidade nacional, aproximando-a das camadas populares.

Quarto-Somos contra os privilégios de qualquer ordem, ressaltando-se aqueles que tornam o ensino acessível apenas a reduzidas minorias.”

Estes dois últimos princípios podem ser entendidos como vinculação da Universidade a uma proposta para a sua realidade regional, propondo-se uma inteligência apropriada e capaz de resolver os problemas de sua área de influência.

O quarto princípio propõe que se criem mecanismos adequados à subvenção do ensino aos alunos que, por uma ou outra razão, não tenham condições de sustentá-lo

A agilidade com que eram encaminhados os expedientes bem como a solicitação de apoio em todos os setores do governo indicam o ânimo com que estes princípios eram postos em prática. As condições de ensino oferecidas aos alunos não condiziam com os seus custos e, principalmente, com a necessidade de expansão e aprimoramento. Havia, portanto, uma proposta institucional que, Por um lado obrigava o aluno a financiar seu aprendizado superior e, por outro lado zelava pelas condições de estudo daqueles que, pelos próprios esforços, não podiam dele usufruir.

O Diretor Flávio Coutinho Annes, em 04 de maio de 1961, publicou o edital do Vestibular para o Curso de Agronomia, no qual foram definidas 25 vagas e fixado o início das provas para o dia 10. O vestibular constava de provas escritas e orais. Para

avaliação oral, foram nomeados os Professores Manuel Bueno da Silva, Luiz Eurico Spalding e Walter Nedd.

A Escola de Agronomia estava autorizada dentro do plano nacional de valorização das profissões de Agrônomo e Médico Veterinário. A notícia da criação da nova escola não foi aceita pelas escolas estabelecidas nas capitais. A resistência à implantação de centros de estudos superiores descentralizados não causava nenhuma estranheza aos criadores da SPU, pois o que, até então, era privilégio do homem da capital, pela democratização, passava também a ser direito do homem do interior. A questão levantada apontava, também, para as pretensas deficiências do ensino ministrado nas escolas descentralizadas. A revista *Visão* serviu de meio para desmerecer a Sociedade e, principalmente, a Escola de Agronomia.

As agressões deviam ser enfrentadas. E isso, de fato, ocorreu. Elevou-se a inteligência para proteger a instituição e fundamentá-la em referências básicas, ou seja, em princípios consistentes e capazes de resistir às afirmações provenientes de preocupação válida, mas possivelmente tendenciosas. Os estatutos da sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, no seu título I e artigo 1º dizem:

“A Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, fundada em 02 de fevereiro de 1950, com sede na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, tem por fim criar e manter, na mesma cidade, escolas superiores ou faculdades e congregá-las, futuramente, em uma Universidade.”

Onze anos após, com o objetivo proposto e pertinentes esforços endereçados à sua consecução, já era tempo de se começar a determinar, com maior clareza, a identidade institucional, definindo-se, assim, as suas características inarredáveis. Diante das principais críticas, feitas à descentralização do ensino superior e, principalmente, ao modelo que nascia, faziam-se necessárias argumentações, consubstanciadas em boas razões, que obrigariam a instituição a resistir às indelicadezas que poderiam surgir. Dois documentos foram publicados explicitando o empreendimento, os quais serão analisados a seguir:

O primeiro, denominado “Luta pela Interiorização do Ensino Superior e pela Liberdade de Conhecer”, apresentava um conjunto de ideias que animaram César Santos e seus companheiros de serviço comunitário.

Em entrevista concedida ao “Diário de Notícias”, em 16 de abril de 1961, César Santos refuta a estreiteza das críticas manifestadas contra a interiorização do Ensino Superior dizendo:

"Acham-se em vigor muitos tabus de que as gerações não de rir e os homens doutos reconhecerão o mal que causaram. Mas o fim das insânias se aproxima e todos os [dolos de barro não de ruir fragorosamente."

A seguir, o autor avança, dizendo que a obra está destinada a prestar concurso para o aprimoramento do nível cultural de nossa população. Não existe preocupação somente em dar profissões, mas, sim, em elevar o nível intelectual da sociedade. César Santos insistia em que a qualidade da ação



universitária de produção e ministério da ciência estivesse acima da simples oportunidade de formação de profissionais ou, em outras palavras, a qualidade do conhecimento elaborado estava posto em primeiro lugar. Por outro lado, propunha uma conquista a todos os que desejassem avançar nos conhecimentos, uma vez concluído o segundo grau. Dizia, ainda, que o exemplo da Faculdade de Direito provava que prevalecia a seriedade na condução dos propósitos institucionais: "Podemos afirmar que nenhuma Faculdade no Brasil foi criada com melhor intenção, nem com mais necessidade. Nenhuma funcionou em melhores condições." Estas palavras não eram transmitidas gratuitamente, mas eram a avaliação do verificador oficial do Ministério da Educação.

Na continuidade de sua exposição, concluía sobre a formação do Corpo Docente: "O Corpo Docente se revelou acima de todas as expectativas", apresentando um perfil concebido pela prática profissional, pela dedicação primordial nos interesses da instituição e pela responsabilidade e competência na respectiva área de atuação.

A primeira preocupação foi a de oportunizar um verdadeiro diálogo entre a inteligência da região e o ensino de 3º Grau. Acrescentava mais César Santos: "A isso estão dispostos os nossos professores, em ambiente de idealismo e austeridade, de cooperação e justiça." E concluía sobre os resultados do ensino: "Das portas de nossas Faculdades não hão de regressar decepcionados aqueles que nos procurarem, buscando oportunidade de adquirir conhecimentos."

Logo após este pronunciamento, aprofundou-se a fundamentação técnica, conferindo-se maior consistência à

inovadora obra educacional. Pelas críticas surgidas, a defesa não podia se basear apenas na pertinácia, mas esta deveria se consubstanciar na melhor base racional que se poderia obter. Às palavras de César Santos foi emprestado melhor conteúdo, através da dissertação elaborada pelos professores Verdi de César e Carlos Galves, sobre os princípios do Instituto da Liberdade de Conhecer, que não era outro, senão a Sociedade, que construía seu espaço universitário.

Apontando São Paulo, afirmavam os autores que a Sociedade teria duas dimensões: a latitude e a elevação. Propunham que todos tivessem acesso ao conhecimento e que seria defendida a ideia da construção de um saber em graus diversos e de excelente qualidade em todas as Ciências. Mas, acima de tudo, baseava-se a Instituição no postulado fundamental que é a liberdade. Não pode haver liberdade na absolutização do Poder Central que tudo sabe e tudo governa. Os autores acusam a situação do centralismo de decisões, dizendo que assim se está negando a dignidade da pessoa humana. Declaram, ainda, que existe um movimento histórico nas oportunidades de conhecer que, iniciado em Recife e São Paulo, estendeu-se às capitais e:

"Por que haveria o movimento de deter-se aí? Agora, 1961, também alguns centros, que não as capitais, possuem uma demografia maior do que quando o ensino superior neles se instalara, principalmente, de população estudantil de 2o Grau. Os privilégios, portanto, do homem da capital, não podem ser negados ao homem do interior. Mas há algo mais importante que é o

clamor com que os brasileiros do interior querem fazer valer o seu direito de participar dos bens da ciência e que não devem ficar ao alcance, apenas dos seus felizes irmãos das capitais e dos poucos que a ela podem ir.”

Avocam os autores a criação de instituições de ensino superior interiorizadas e que ofereçam condições à maioria dos alunos ali localizados. Invocam a necessidade de haver espírito de fronteira e a incessante necessidade de as instituições recriarem-se em função dos desafios. Avançam, mais ainda, Carlos Galves e Verdi de Césaró quando dizem:

"Não se vê por que é que não poderá ingressar, livremente, na faculdade, aquele aluno que o estabelecimento declarou, sob fé, idoneidade e a competência, de seus professores, na observância das leis da República e na vigência da mesma fiscalização federal, estar aprovado nas matérias exigidas para aquele ingresso. A duplicação dos exames, nestas disciplinas, não encontra, assim base razoável "

Outro postulado, próximo da liberdade, indicado na dissertação, é o da democracia:

“Somente num regime de pluralidade de opiniões seria possível sustentarmos um ponto de vista novo como o nosso, contra pesadas camadas de opinião e ainda mais densos interesses contrários.”

Afirmam os autores que o dilema de nossos dias polariza-se no totalitarismo capitalista ou socialista, mas o melhor está

“na democracia que pretende assegurar a liberdade do indivíduo e de seus grupos, com o seu poder de iniciativa e criatividade plurais, sendo o Estado apenas um entre esses grupos.”

Ao final do documento sobre a Liberdade de Conhecer, os professores expõem os limites financeiros para levar adiante a oportuna instituição. Buscam conclamar a sociedade à responsabilidade do que estava sendo construído:

“é a de fazer com que os outros, - mais capazes e com os melhores meios, chamem a si o levar adiante essa campanha que é urgente...”

Tanto a empresa privada como os meios públicos possuem as melhores condições e deveriam engajar-se e sustentar o Instituto da Liberdade de Conhecer.

Entre os meses de maio e julho teceram-se, assim, os argumentos que fundamentavam a nova instituição. Mas o seu dia-a-dia devia continuar em latitude e elevação. As ideias tinham ambição e, em maio, pretendia-se criar a Faculdade de Medicina. No dia 03 de maio de 1961, a Diretoria, em reunião, já aprovava o corpo docente e a indicação do Doutor Adhemar Petracco para a Direção. Em agosto, o Conselho da SPU resolveu criar a Escola Superior de Educação Física, orientando os passos e o expediente necessários.

Os procedimentos para o reconhecimento das Faculdades de Ciências Econômicas e Belas Artes prosseguiram. Os esforços foram recompensados através de duas animadoras

notícias divulgadas no dia 12 de maio. A primeira referia-se à autorização de funcionamento da Faculdade de Odontologia, sob o decreto nº 50.579. A segunda dizia respeito à oficialização da Faculdade de Belas Artes. Reissoly Santos acompanhara os processos junto ao Conselho Nacional de Educação e viu o regozijo da região.

Foram ofertadas 28 vagas no primeiro Concurso Vestibular para o período de 25 a 31 de maio de 1961.\*

Pela complexidade, especificidade e exigência técnica do curso, advieram muitas dificuldades acadêmicas. As disciplinas fundamentais, inicialmente, tiveram prejuízos pela falta de infraestrutura nos laboratórios de Microscopia, Fisiologia e Anatomia e, mais tarde, haveria dificuldades na aquisição dos demais equipamentos odontológicos. Estas dificuldades, além daquelas do corpo docente, ensinaram os cuidados necessários para a implantação dos próximos cursos. Não se tomara fácil para a instituição prestar bons serviços, arcando com os próprios custos. Ainda no mês de maio, pelas conquistas surgidas, recrudescer a proposta da criação da Universidade de Passo Fundo e duas ideias eram, diariamente, alimentadas: a primeira dirigia-se ao objetivo da construção da Cidade Universitária e a segunda buscava orientar-se na meta da Federalização. Antes, porém, de a sociedade avançar nestas duas direções, havia a necessidade de ordenar algumas ações no sentido de consubstanciar melhor o projeto universitário. Os dois próximos meses foram animados pelo espírito da conquista, reforçado pela autorização das duas últimas faculdades. Talvez, se

---

\* SOARES, Ruí. Faculdade de Odontologia, Editora UPF, 1983.

houvesse maior aprimoramento e estruturação acadêmicos nos Cursos de Odontologia e Agronomia, teriam sido evitados os sofrimentos subsequentes. Mas o ânimo girava na abertura de nova fronteira: o curso de Medicina.

O Município e o Estado ofereceram decisiva colaboração. O Governador Brizola, na oportunidade em que proferiu, em maio ainda, a aula inaugural da Faculdade de Agronomia, ofertou Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para a construção e aparelhamento da nova escola. O município, através do Projeto de Benoni Rosado, concedeu, aproximadamente, Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros). Eram, porém, concessões assistemáticas. Além da dificuldade financeira, a instituição teve de ser ágil e forte na resistência, principalmente aos Centros Acadêmicos de Odontologia da Capital, Pelotas e Santa Maria. Para comprovação de que a ação universitária praticada era apropriada, foram registrados os diplomas dos alunos do Direito, gerando-se maior confiança na excelência do que era praticado. Assim, numa demonstração de força comunitária, em apoio a mais uma pretensão, o município doou a sua Rádio e o seu Hospital. Este teria a função de ser utilizado como Hospital-Escola, no projeto da Faculdade de Medicina. No mês de julho era encaminhado o expediente, solicitando sua autorização. O mesmo acontecia no dia 27 de agosto com o envio de expediente, objetivando-se, também a autorização da Escola Superior de Educação Física, sob a Direção de Otacílio de Moura Escobar. O espaço físico do Instituto Educacional seria oferecido para as aulas teóricas e, na Cidade Universitária, emparelhavam-se os campos para as várias modalidades atléticas e esportivas. Com tantas pretensões, mas,

principalmente, com a de manter a infra-estrutura do Hospital e da Rádio, cresciam as despesas da Instituição.

Em meio a tantas dificuldades e frutos colhidos, acontecia, em setembro, em Passo Fundo, a IV Olimpíada Universitária. As outras Instituições de Ensino Superior, através de seus alunos, reconheciam o esforço das duas entidades, concedendo o privilégio de permitir que os alunos daqui abrigassem, organizassem e conduzissem os jogos e competições universitários de mais de quinhentos jovens das delegações das mais diversas regiões.

A Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, movida pela magnitude de suas iniciativas, resolveu promover um movimento pró-criação da Universidade Federal. Em várias direções seriam encaminhados os ofícios para a consecução do projeto, mas por três ações tomavam-se imprescindíveis:

1ª - arregimentar a vontade política da região. Para tanto, a SPU, através do Professor Reissoly Santos, deveria reunir o pronunciamento favorável dos prefeitos da região em tomo da Universidade. Pela vontade de mais de 80 municípios, julgava-se que se teria suficiente pressão, a ponto de convencer o Governo Federal a investir em uma região até agora abandonada às suas próprias forças na implantação do ensino superior;

2ª - congregar esforços das duas entidades, Sociedade Pró-Universidade e Consórcio Universitário Católico. Houve reuniões de acerto para a criação da Universidade na junção de esforços das entidades, tendo sido assinado convênio entre Dom Cláudio Colling e César Santos, em dezembro de 1961. O extrato final dos estatutos, porém, omitia o Consórcio Universitário

Católico. Alguns constrangimentos ainda dificultavam a plena reunião de intenções;

3ª - organizar um conjunto de razões que criasse convicção por parte do Governo Federal.

O jornal do Diretório, “O Bacharel”, fez-se presente no movimento e criação da Universidade com o artigo “Palavra de Ordem: Universidade.” O texto, cheio de ardor, continha frases retóricas como “A criação da Universidade de Passo Fundo será obra de homens que sabem fazer de seus sonhos realidades absolutas.”

Havia, por parte de todos os setores, dentro e fora da SPU, convencimento de que, nesta região, deveria o ensino superior ser assumido pelo Poder Público Federal.

Fechava-se o ano de 1961 e não eram poucas as conquistas e novas propostas. Este ânimo, carregado de auto-suficiência, pôde ser sentido no discurso de Formatura da primeira turma de Ciências Econômicas, quando o orador Joffre Tomatis, fez referência à boa experiência universitária que acabara de realizar. E o que viria a tomar-se costume institucional já era então abordado, isto é, que os estudantes não atribuíssem sua competência a fatores distantes, mas ao fato de serem artesãos de seu ofício. Os alunos, neste modelo institucional, impunham a si mesmos o dever de provar que o exercício universitário praticado era válido e que seus professores não seriam decepcionados.

O ano de 1962 começou animado sob os influxos de 61. Repercutiram bem, no meio universitário, as palavras do então Ministro da Educação, Oliveira Brito, ao afirmar que



"é missão da Universidade Brasileira a Incorporação dos problemas da produção, da educação, da saúde das regiões em que se encontram, na temática de seus programas de estudo e pesquisa, de modo a permitir que os cientistas, os sábios e os estudiosos, integrados aos seus quadros, dêem a contribuição específica que lhes cabe no desenvolvimento do país." (Diário da Manhã, de 06 de janeiro)

O que estava mais ou menos explícito na vocação da obra que se levantava, tomou-se mais claro. O que estava sendo realizado, não poderia fugir do compromisso com a região e suas realidades específicas. O início de 62 esclarecia que deveria ser analisada a natureza da obra universitária em Passo Fundo. Tomou-se inquestionável, também, o fato de que as vozes opostas ao direito do homem do interior de ter sua inteligência preservada deviam ser caladas. Telles Zimmermann, Presidente do Diretório Acadêmico de Direito, defendeu a instituição contra ataques veementes de seu colega, Presidente do Diretório Acadêmico André da Rocha, de Porto Alegre. Havia unidade institucional e os alunos não estavam iludidos ainda com a estatização, embora a desejassem, pois, assim, teriam melhor benefício em virtude da gratuidade. Neste mesmo mês de janeiro, o Chefe de Gabinete do Presidente João Goulart enviara o seguinte telegrama ao Professor César Santos: "Comunico Vossa Senhoria assunto seu interesse referente criação Universidade foi encaminhado ao Ministério Educação e Cultura para devido exame " (Diário da Manhã, 10/01/61) A criação do Instituto da Liberdade de Conhecer já tinha adeptos na capital e, ao final de janeiro, o Professor Eduardo Mendonça defendeu com bons

argumentos, a interiorização do Ensino Superior. Foram afastados, então, os últimos temores de que a descentralização pudesse acarretar perda de qualidade.

No início do ano de 1962, foram buscados o apoio federal sistemático e a identidade do Ensino Superior, que parecia estar obrigada a ter sua definição sob outros parâmetros, que não os tradicionais, pois o poder público concedia pouca atenção aos manifestos de federalização. Entretanto, o próprio Presidente João Goulart, em março, profere discurso, abrindo possibilidades para a ampliação de escolas superiores no Brasil, sem explicitar, porém, qual seria o compromisso do Estado.

Na verdade, podia-se perceber um ambiente de universidade após esses doze anos de esforços e seis de vida universitária. O Instituto de Belas Artes, a Faculdade de Filosofia, com seus três cursos, e as Faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Agronomia e Odontologia já constituíam razões para a formação de um ambiente universitário. No dia 23 de abril, a Federação Universitária Passo- fundense, explicitando este clima, promovia um congresso, com os seguintes temas:

- Reforma Universitária
- Reforma da Estrutura Social
- Diretrizes da Federação
- Federalização da UPF.

Os avanços pretendidos pela criação da Faculdade de Medicina e de Engenharia não seriam fáceis e mesmo o sonho da federalização fora negado. Era amarga a precedente queixa de

Reissoly Santos, no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, quando lembrava:

“Não é demais acrescentar que Passo Fundo é o centro da região mais densamente povoada no sul do Brasil, gravitando, num raio de 200 quilômetros em torno dessa cidade, mais de 2 milhões e 500 mil habitantes. O este importante número populacional foi negada, há pouco, uma universidade pedida por 80 municípios da região e continua a ser obstaculizada a criação das Faculdades de Engenharia e Medicina, consoante informações, segundo a nova política ministerial.”(DM 26/04.62)

Com mais severidade, Reissoly criticava, em Carazinho, no final de abril, a decisão do Ministério da Educação, afirmando que este órgão inibira a federalização da Universidade de Passo Fundo e, ao mesmo tempo, proibira a criação de escolas superiores de iniciativa particular. O Estado não fazia e não deixava fazer a educação superior. Nesta reunião de estudantes, em Carazinho, propunha-se a participação de Reissoly na vida política do País, o que não veio a entusiasmar muito nem os professores nem os alunos. Parecia que a vida institucional não se deveria vincular a qualquer preocupação político-partidária.

A rudeza das palavras expressava a frustração perante o esforço feito, pois, ao final do ano de 1961, os contatos políticos, as viagens para organizar os elementos e os documentos de convicção, o apoio de Tancredo Neves, João Goulart e Leonel Brizola geraram expectativas e quase garantias de transformar a iniciativa particular em coisa estatal. Entretanto, o movimento

de federalização esbarrou no limite financeiro, cumprindo-se o aviso dado pelo Ministro Oliveira Brito à comissão Pró-Federalização. Afirmava ele que era justa a iniciativa, mas que as Universidades, já criadas pela União, não funcionavam nas condições preconizadas. (Ata nº 133, da Diretoria da SPU)

Nas audiências no Ministério de Educação e no Conselho Federal de Educação, o Professor Reissoly buscava agilizar os processos de autorização dos Cursos de Medicina e Engenharia e a liberação dos recursos consignados. Tentava, ainda, no primeiro semestre de 1962, abrir a possibilidade de aquisição de recursos da Aliança para o Progresso, mas, no Programa, não havia rubrica que contemplasse o financiamento de projetos universitários.

No primeiro semestre, surgia nova alternativa para dar continuidade à obra institucional e alicerçá-la. A Faculdade de Agronomia integrava-se, por acordo, ao Ministério da Agricultura, com a perspectiva de receber máquinas agrícolas para o ensino e treinamento de pequenos agricultores. A integração dos esforços indicava que, além da iniciativa particular e do apoio financeiro do Estado, outros meios poderiam ser absorvidos pelo modelo de instituição que buscava o seu desígnio.

Começou a surgir, em julho, a pressão para a participação dos alunos nos destinos da Instituição. Dois meses de quase total paralisação foi o tempo pelo qual se buscou pressionar os órgãos superiores para que fossem criados dispositivos legais que poderiam permitir a participação de 1/3 dos alunos nos Conselhos Deliberativos. A indefinição de leis e das autoridades

superiores quanto à reforma universitária, começou a mostrar que a Instituição teria pela frente uma árdua jornada.

Para o ano de 1962, pouco estava reservado à construção institucional, a não ser dois momentos. O primeiro referia-se a uma análise sobre as funções da Universidade, na qual havia especial destaque à função da pesquisa. O segundo momento dizia respeito à visita do representante do Conselho Federal de Educação, Otto Bier, para a verificação das condições de funcionamento da Faculdade de Medicina. A falta de uma política educacional consistente levava a decisões de vetos impróprios e autoritários, o que seria, para a Instituição, uma dificuldade permanente, superada apenas mais tarde pela Fundação Universidade de Passo Fundo. Os anos vindouros trariam para as universidades as já repetidas dificuldades, pois a descontinuidade de propósitos no desenvolvimento nacional e, de modo especial, do ensino, não concederia benefício nenhum a não ser este de, em sofrimento, instituições conseguirem moldar originais construções de ensino superior à feição das necessidades e condições na região em que estavam inseridas.

O ano seguinte não traria novidades, a não ser algumas inquietudes na Faculdade de Agronomia, pois os investimentos deveriam ser elevados, porém não estavam sendo destinados os recursos requeridos. Surgiam as primeiras críticas com sinais de insatisfação. Entendeu a Diretoria, ainda no início de 1963, que o preenchimento da função de Diretor, por ser cargo de administração da Sociedade, devia ficar exclusivamente ligado à nomeação da Diretoria da SPU, (Ata da Diretoria, nº 156). Percebia a administração da Sociedade que, para manter a

unidade institucional, o poder não podia estar dividido nos propósitos fundamentais.

Administrativamente, algumas decisões foram assumidas como a de gratificação às Direções e a concessão ao administrador de lucros provindos da olaria. A diretoria da Sociedade teve a iniciativa de organizar um departamento de produção, o que viria auxiliar na sustentação da obra que se pretendia implantar com os seguintes setores: marcenaria, serraria, olaria, ferraria, padaria, pedreira e areial, lavoura e fazenda, horta e pomar.

Algumas outras experiências começavam a se manifestar no interior da instituição, materializando-se o seu perfil. Surge a primeira publicação de qualidade pessoal na obra do Professor Carlos Galves: “Economia Política”. A Faculdade de Odontologia iniciava seu atendimento à população carente da cidade, oferecendo seus trabalhos para o benefício da comunidade.

Nesse ano de 1963, apesar dos esforços realizados para a aprovação dos Cursos de Engenharia e Medicina, a SPU não conseguira vê-los somados ao grupo de escolas em funcionamento. Ainda no final do ano, agravou-se a situação de Agronomia, a ponto de a Direção da SPU fechá-la para reordenar os recursos humanos e materiais. Os cursos técnicos pareciam, a princípio, insuportáveis às pretensões de uma instituição deixada à sua vontade e competência.

Foram levantadas também suspeitas sobre a honorabilidade da administração. A partir dos alunos e professores da Agronomia, supervalorizou-se o poder financeiro, pondo-se em dúvida a honesta aplicação da dotação de Cr\$ 50.000.000,00, concedida pelo Governo Estadual. Na

verdade, esta seria uma tendência que ocorreria sistematicamente: ou porque existiam interesses em desmerecer tal iniciativa, ou por abusada ingerência de posturas político-partidárias, ou porque regiões pobres ou abandonadas têm natural dificuldade de possuir o desvelo em suas realizações. Os conflitos manifestarem-se constantes.

Após o fechamento da Faculdade de Agronomia pela Direção e Professores, esta não voltou mais a funcionar até que nova autorização viesse permitir seu funcionamento em 1965. Houve decisiva participação do Dr. Rubens Maciel do Conselho Federal de Educação que ofereceu sua orientação e conduziu o esforço para superar as dificuldades, tanto nas questões mais graves da Faculdade de Agronomia como aquelas do Curso de Odontologia. Percebiam os professores e a Direção as frágeis condições para o funcionamento do curso, recorrendo à medida extrema de fechamento. Conflitos ideológicos, de política partidária, de desacerto administrativo entre a Faculdade de Agronomia e a Direção da SPU agravaram a situação, incitada pelos limites na qualidade do Ensino. Foi requerida a verificação federal para o reconhecimento que, em janeiro de 1964, avaliou e, em parecer negativo, vetou a continuação do curso.

O procedimento na Faculdade de Odontologia foi diferente. A Direção e Professores, percebendo as dificuldades para a manutenção da qualidade de ensino e auxiliados pelo impasse da Agronomia, resolveram, sob todas as formas, buscar a otimização da infra-estrutura. A pior sorte ficou reservada à Agronomia, que transferiu para Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria e Curitiba, os oitenta alunos nela matriculados.

O desgaste político da Direção da SPU agravou-se, extremamente, com a Revolução de 15 de abril de 1964. No dia 25 de abril, a SPU entrou sob intervenção, assumindo, então, seus destinos, o Dr. Murillo Annes que, ao receber a investidura do interventor, falou: "Aceito esse encargo do Governador Meneghetti, ainda que penoso para mim, tendo como único objetivo a preservação e o desenvolvimento do ensino superior em Passo Fundo, a fim de que a situação não seja levada para um terreno desagregador." (O Nacional, 27/04/64)

Com este acontecimento era encerrado o período dos esforços isolados das duas iniciativas e abria-se uma oportunidade para a consecução do objetivo da integração.

Entretanto, não foi sem constrangimento que os fatos se sucederam. Mas houve sabedoria por parte de quem dirigiu o Ensino Superior e de quem assumiu seus destinos. As palavras do Diretor da Faculdade de Ciência Políticas e Econômicas comprovam o que se afirma. O Professor Adolpho Sócios Schlottfeldt esclarecia as suas dúvidas e certezas na transição do Ensino Superior. Procurou o Administrador da SPU, Dr. Reissoly José dos Santos, para pôr em suas mãos o cargo de Professor e Diretor. O Professor Reissoly informou-lhe que deveria encaminhar seu pedido ao Sr. Interventor. Reissoly salientou, naquela ocasião, que o Dr. Murillo Annes tinha condições de realizar um ótimo trabalho, pois havia demonstrado competência como fundador do Curso de Direito e Ciências Políticas e Econômicas, e que permanecesse no cargo. As dúvidas provocadas pelo conflito de não saber se ele se tomaria fiel à antiga ou nova direção foram superadas na seguinte reflexão:



“Sem um ideal, qualquer posição se toma vazia e inexpressiva. O nosso ideal é lutar por uma faculdade cada vez mais eficiente e que possa melhor atender a todos os que a ela acorrem A causa do Ensino Universitário em Passo Fundo não tem dono. É nossa, é de todos os professores e alunos, é de todo o povo desta região. Por isso, não podemos permitir que interfiram no processo evolutivo natural dos recursos universitários locais, as paixões pessoais, simpatias e rancores. A história se incumbirá de destacar os verdadeiros trabalhadores, os verdadeiros heróis desse empreendimento.”  
(DM, 05/05/64)

Ainda outros problemas se abateriam sobre quem dirigira e sobre quem assumiu. De todas as leituras feitas, pode-se afirmar que houve grandeza e honestidade e todas as outras virtudes que acompanham aqueles que não têm a si como última finalidade. Em escritos, defeitos foram apontados. Entretanto, nenhum deles pôde ser imputado a alguém, com certeza. Tem-se mais como mancha o tempo difícil que geralmente abate sobre quem é obrigado a suportar o abandono e, como consequência, sustentar o limite insuportável. Na verdade, sempre custara muito caro a esta região ter em consideração a inteligência de seus filhos. A dignidade prevaleceu naqueles que se afastaram e porque era de mérito o que havia sido feito, foi segura a ação de quem chegava.

Para superar o impasse das divergências que ainda pudessem vir, o Presidente tomava sócio ativo o corpo docente de todas as Faculdades (DM 31/ 06/64)

Pareciam amenos, ao final de abril, os procedimentos de transferência de poder institucional ao Interventor. De maio até fim de outubro, houve choques desagradáveis. A direção anterior da SPU, inconformada com a intervenção, questionou-a no Ministério da Educação e, por fim, em setembro, o Governador suspendeu o ato interventor. Neste espaço de tempo, a opinião pública foi desagradada com acusações sobre conflitos, envolvendo as seguintes questões fundamentais:

1ª - Entendia o interventor que o setor de produção devia ser extinto, por ser improdutivo. A direção afastada entendia que as vendas da infra-estrutura se constituíam numa delapidação dos bens da instituição.

2ª - Entendia o interventor que os valores de Cr\$ 50.000.000,00 obedeciam melhor ao decreto de doação do Governador do Estado, se dirigidos, exclusivamente, à Faculdade de Agronomia. A direção afastada afirmava que os valores concedidos poderiam ser distribuídos de acordo com os interesses maiores da SPU.

3ª - O fechamento da Faculdade de Agronomia, pela direção e professores, antes de o interventor assumir, foi um dos motivos fundamentais do conflito. A intervenção entendia que ela não apresentava as mínimas condições de funcionamento.

Com a abertura a novos sócios, Murillo Annes ampliou o seu apoio interno, principalmente, no propósito de estadualizar o SPU. Mais uma vez não foi concedida a oportunidade de um

sistemático apoio público. Obteve apoio, entretanto, ao final da intervenção, quando propôs que, uma vez suspenso o seu mandato de Diretor da SPU, o poder não lhe pertenceria e nem retomaria a quem já o tivera.

Durante o período da intervenção, foram substancialmente melhores as condições de funcionamento da Faculdade de Odontologia, transferindo-se as aulas teóricas para o centro. Organizaram-se, materialmente, no Campus, as salas para a Faculdade de Agronomia. Pretendia-se vê-la novamente em atividade em 1965.

Foi solicitado o reconhecimento da Faculdade de Odontologia e do Instituto de Belas Artes.

Para o bem-estar institucional e garantia na qualidade dos procedimentos acadêmicos, foi escolhido pela congregação da SPU, como seu Presidente, o Diretor da Faculdade de Filosofia do Consórcio Universitário Católico, Padre Élydo Alcides Guareschi. Com isso, novas esperanças e novo ânimo foram recobrados. Os meses de novembro e dezembro foram de paz, mas, mesmo assim, havia uma angustiante preocupação que devia ser afastada: a ameaça que recaía sobre os Cursos de Belas Artes e Odontologia e a superação do impasse no Curso de Agronomia. A austeridade, excelência e segurança acadêmicas, imprimidas no Consórcio Universitário Católico, fizeram os professores crer que deveriam ser também as virtudes necessárias para proporcionar consistência aos propósitos acadêmicos da SPU. A nomeação do Pe. Alcides Guareschi induzia à reunião de forças institucionais com que mais facilmente se poderiam construir as bases de uma Universidade. O Dr. Murillo Annes permaneceu, a partir de outubro de 1964, como auditor

das questões universitárias, ao mesmo tempo que respaldava, juridicamente, o reinício da obra universitária.

O novo presidente da Fundação dava notícias, em fevereiro, de que o Curso de Agronomia estava apenas suspenso temporariamente e que a SPU oferecia reabertura de vagas ainda em 1965. Em março, efetivamente, a Faculdade aprovava 35 novos candidatos. Melhor ânimo veio do elevado número de candidatos que buscavam os cursos das faculdades de Passo Fundo. A questão da Faculdade de Agronomia era diretamente tratada com Ary Caldeira, representante do Estado, e com o Procurador Geral da República, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa. Urgia, porém, que houvesse solução para o impasse do Curso de Odontologia que não possuía, ainda, o seu reconhecimento e, em 1º de maio, já formava a primeira turma.

O Presidente buscava, por todos os meios, aperfeiçoar as condições acadêmicas e instruir melhor os processos de reconhecimento dos cursos referidos.

Os esforços decisivos foram realizados entre os meses de maio e agosto de 1965. Para a solução dos cursos do Instituto de Belas Artes, da Faculdade de Odontologia e de Agronomia, houve movimentação política regional e, em junho, uma comissão liderada pelo presidente, conjuntamente com os diretores dos cursos e representantes dos partidos políticos, dirigiu-se até o Governador do Estado. Outro tema agendado foi a criação da Universidade Estadual de Passo Fundo. Para tanto, a comissão levava um memorial com as considerações pertinentes ao processo.

O Governador percebeu a qualidade da solicitação e convidou o Presidente da SPU e o Prefeito Municipal, Mário

Menegaz, a acompanhá-lo a uma audiência com o Presidente Castelo Branco. O Governador propôs, em primeira instância, a questão do reconhecimento dos cursos e, em segunda instância, a questão do financiamento da Universidade Estadual, uma vez que os cofres do Estado estavam debilitados e não poderiam suportar mais este investimento. Em nível local, entretanto, a SPU sofria as pressões de uma greve dos alunos da Odontologia, que exigiam urgente reconhecimento de seu curso. O Diretor, Dr. Bruno Markus, encaminhou a questão ao Presidente que, por sua vez, conclamou a todos a que se lançassem "num movimento de envergadura, a fim de obter dos Governos Estadual e Federal as soluções indispensáveis à sobrevivência do Ensino Superior." (O. N., 05/07/65)

Na Faculdade de Agronomia, os alunos manifestavam a mesma inquietação. Efetivamente, empenhavam-se na campanha, através de contatos com autoridades educacionais e políticas, com a finalidade de Estadualização e reconhecimento dos três cursos. O Presidente da SPU e o Prefeito convidaram o Deputado Tarso Dutra para vir a Passo Fundo e a sua vinda deu-se em 19 de junho de 1965. Da visita resultaram a elaboração de duas propostas fundamentais para o surgimento da Fundação Universidade de Passo Fundo:

1ª - a integração das duas entidades existentes,

2ª - a criação de uma Autarquia Educacional para expansão do Ensino Superior em Passo Fundo.

Em dias subsequentes, principalmente os alunos da Agronomia engajaram-se na luta Pró-Universidade Estadual, fazendo que Élydo Alcides Guareschi, que pretendia o movimento integrado, dissesse: "A Universidade de Passo Fundo

chegará, não como uma esmola, mas como uma conquista de um povo livre, consciente e amante da cultura."(O. N. 20/07/65) Entre o sonho de uma realidade se impunha a difícil tarefa de sustentar a qualidade. A Faculdade de Odontologia, ao mesmo tempo que exigia seu reconhecimento, era submetida à severa inspeção sobre as condições de funcionamento. Exigia-se, para o reconhecimento, a especialização dos professores e estágios em centros de excelência odontológica, os quais foram substituídos por cursos de extensão. A SPU cumpriu todas as exigências da qualidade. Assim, o ano de 1965 foi de qualificação profissional para os professores e de criação de condições de infra- estrutura material da Odontologia.

O prêmio viria somente no ano seguinte. Enquanto procedimentos no Curso de Odontologia faziam engrandecê-la, dirigindo-a para um nível com elementos de convicção, a Faculdade de Agronomia, com seus alunos, buscava a construção de seu espaço físico. Os próprios alunos lideravam campanhas de tijolos e cimento para agilizar a construção de seu prédio.

O reconhecimento do Curso de Belas Artes aconteceu em 14 de novembro de 1965, como uma prova da competência e, acima de tudo, como afirmação para o Ensino Superior que estava em crise. Manifestadamente houve novo ânimo.

Nesses dias de novembro, estive em visita de inspeção pelo Conselho Federal de Educação, seu representante, Chléo Goulart Trouxe a notícia de que ainda em novembro, na reunião do dia 24, seria reconhecida a Faculdade de Odontologia. O ano era concluído diferentemente da forma como havia iniciado. Estes acontecimentos, sem dúvida, impunham um costume que não seria esquecido: a excelência acadêmica deveria se impor no

curso que se pretendesse implantar e os procedimentos não poderiam deixar de ser admiráveis.

No dia 05 de dezembro, o Diretor da Faculdade de Odontologia, Dr. Bruno Edmundo Markus, trouxe a notícia do Rio de Janeiro de que, na Câmara do Conselho Federal, o Curso já fora aprovado e que a plenária nada mais faria que ratificar. Aquele ano findava com elogios ao Ensino Superior.

O poder público, entretanto, a par das conquistas da região, não concedia o mesmo ânimo a quem dele quisesse esperar apoio. O movimento de estadualização da UPF continuou durante todo o ano de 1965. Na verdade, de todas as formas, já se havia buscado fazer o poder público assumir sua responsabilidade.

Ffouve, em 1961, o movimento em prol da federalização.

Em 1964, a proposta de estadualização, por simples encampação, foi trabalhada exaustivamente.

Houve, em 1965, uma negociada articulação para se criar uma Autarquia Educacional com responsabilidade de parte a parte, isto é, iniciativa particular e Estado. Faltavam, todavia, elementos jurídicos para a efetivação do intento.

Por fim, em dezembro de 1965, surgiu, pela primeira vez, a proposta de uma Fundação Educacional "com amparo indireto do Estado, abrigando todas as faculdades locais. Em parecer de 58 laudas, o Consultor Jurídico do Estado concluiu pela procedência da pretensão passo-fundense negando porém, assumi-la." (O. N. 02/12/65) Mais uma vez, a região veria frustrado o compartilhar de responsabilidades: a União e o Estado, definitivamente, não eram bons companheiros na

questão educacional. Durante estes anos todos, auxílios assistemáticos deixavam as Instituições à mercê de seus insólitos esforços. Assim aprenderam a organizar-se e a forjar a instituição comunitária de forma aberta e criativa. Na verdade, a pedra abandonada serviu de alicerce para uma nova construção. Ficou uma fundação da comunidade regional e aí devia cumprir sua tarefa. Pelos sucessivos abandonos, entretanto, ficou a dívida do Estado com Passo Fundo. Havia a garantia de apoio à nova fundação que se denominava Fundação Universidade do Planalto.

Em 07 de janeiro de 1966, afirmava o Governador lido Meneghetti: “O funcionamento da Faculdade de Agronomia de Passo Fundo e a criação da Fundação Universitária do Planalto é questão decidida pelo Governo do Estado.” (D. M.) Abria-se, no curso de Agronomia, edital para nova turma. Desta vez, a confiança tinha duas sustentações: a acadêmica e a política. Com maior convicção, o Instituto de Belas Artes abria os cursos de Artes Plásticas, Música e Canto, tendo o mesmo procedimento a Faculdade de Odontologia. Em 1966, o demonstrativo de receita e despesa, efetuado pela SPU e pelas dificuldades mantidas, revelava que as anuidades eram de Cr\$ 81 155.000,00 sobre o total adquirido de Cr\$ 128.128.304,00. Isto é, 60% do orçamento eram provenientes do auxílio dos alunos, os principais beneficiários, e 40% eram providos pela Instituição.

Ainda no mês de fevereiro, os alunos da Agronomia prometiam mobilizar-se com a finalidade de agilizar a completa regularização de seu curso. Enquanto isso, o Conselho Federal de Educação autorizava o funcionamento do curso de Educação Musical e de Educação de Desenho no Instituto de Belas Artes.



Ainda em janeiro, o Presidente Castelo Branco assinava decreto, reconhecendo o Curso de Odontologia. O curso, porém, que não conseguia lograr um trâmite favorável, continuava sendo o de Agronomia.

O Presidente Pe. Alcides Guareschi reuniu-se com o Conselho Estadual de Educação, em maio, para dar fim às preocupações dos alunos. Apreciava-se, desta forma, a criação de uma escola de responsabilidade acadêmica e financeira do Estado. Idealizava-se a Fundação de Direito Público da Faculdade de Agronomia de Passo Fundo. A Prefeitura e a Câmara de Vereadores da região se solidarizavam com o movimento de regularização da Escola pelo Estado. A Assembléia Legislativa, através da Comissão de Constituição e Justiça, deu parecer favorável ao expediente que propunha a referida Fundação. Mas em julho, de um só golpe, o Conselho Estadual julgou, afirmando não reconhecer a Faculdade de Agronomia e menos ainda a criação da Universidade Estadual do Planalto. Desta forma, a questão da Agronomia seria levada ao Conselho Federal de Educação. O Estado, porém, através do Governador, concedeu substancial apoio para que a Faculdade de Agronomia oferecesse reais condições de funcionamento quando viesse a comissão verificadora. Esta veio em 1º de dezembro e considerou-a em condições de funcionamento, mas urgia revogar o Decreto Federal ne 55.723 de 03 de fevereiro de 1965, que cassara esta autorização. O decreto havia sido assinado sem considerar as iniciativas em nível estadual e os entendimentos que estavam sendo encaminhados na criação das condições necessárias. A SPU, através de sua nova Direção, efetivamente, considerou como extravagante a decisão e continuou, sem distorções, a decidir sobre as novas perspectivas, não esmorecendo em

melhorar a infra estrutura humana, física e material durante o ano de 1966. E, ao final do ano, retomava a questão, buscando afastar o impasse decretado e promover novo expediente no Conselho Federal de Educação.

A SPU, durante o ano de 1967, passou por três momentos decisivos O primeiro prendeu-se a retomada da direção pelos Irmãos Santos. O segundo girou em torno da autorização do Curso de Agronomia e o principal vinculou-se no seu desaparecimento, para ser absorvida pela Fundação Universidade de Passo

Fundo. A seguir, os itens relacionados como fundamentais serão descritos de acordo com a documentação dos jornais e atas e de acordo com os depoimentos colhidos.

Os Irmãos Santos, especialmente Reissoly Santos, inconformados com a intervenção e, posteriormente, com a eleição de Pe. Alcides Guareschi para a Direção da SPU, no final de 64, diligenciaram vários recursos jurídicos, alegando a impropriedade do afastamento, via intervenção, em instituição particular. Os resultados esperados não foram de acordo com as expectativas, pois, sobre uma diligência era interposta outra, que garantia a permanência da situação. E o encaminhamento das ações induzia à fusão das duas instituições, o que viria a inibir, definitivamente, a retomada da SPU pelos antigos dirigentes. Por esta razão fundamental, não mais foi esperada a decisão judicial e, em 02//02/67, houve a retomada, dizendo-se fundamentada no Código Civil. A cessação da intervenção fora ordenada pelo Governador a mando do Ministro da Educação, em 21 de outubro de 1964.

No dia 06 do mesmo mês, pela manhã, o Delegado Atualpa Marques interditou o prédio. Foi proibida a entrada de antigos e novos dirigentes, enquanto não houvesse melhor solução através de julgamento a ser feito pela Justiça do Estado.

Os primeiros atos decretados pelos antigos dirigentes foram nomear os Diretores das Faculdades, incidindo a nomeação nas mesmas pessoas que, em março de 64, eram os titulares. Foi assim afastado Celso da Cunha Fiori para reassumir o cargo, o Sr. Reissoly Santos.

Duas ações na Justiça com os respectivos efeitos tiveram repercussão decisiva nos fatos da normalização na SPU. Ao mesmo tempo em que Celso Fiori obtinha liminar favorável na Comarca de Carazinho para o exercício da Direção da Faculdade de Direito, ao Sr. Reissoly Santos, pela Comarca de Getúlio Vargas, era negado pedido de liminar da ação possessória para ser reintegrado na direção da SPU. Por estas decisões, foi levantada a interdição em 11 de fevereiro e as atividades voltaram à normalidade. Desta forma, parecia que as ações da criação de uma única Fundação deviam ser agilizadas para abrigar, na realidade, uma Universidade. E assim foi feito.

Várias lições foram aprendidas por estes dias. A primeira dizia respeito a que “nenhuma homenagem pode ser prestada ao Ensino Superior, sem contar com Reissoly e César Santos, os pioneiros.”(Rebechi, Hilário - D. M., 26/04/67) Pode-se discordar das formas acidentais na evolução dos acontecimentos ou avaliar quem, nestes acidentes, comportou-se mais ou menos acertadamente. Na questão substancial da construção de uma obra, todos os que dela participaram devem ter seus nomes valorizados. Desde aqueles que tiveram a inventividade c a

tenacidade de demonstrar, na teoria e na prática, que o homem do interior é capaz, apesar do peso da desconsideração, de assumir sua inteligência e consciência, até aqueles que foram incansáveis na convergência das forças para a construção de uma Universidade.

A segunda lição vincula-se à necessidade do cuidado na tríplice exigência dos recursos humanos, físicos e materiais, ao se pretender implantar um curso superior. A lição fora dolorosa no Curso de Odontologia e ainda mais reforçada no de Agronomia.

## **IV - A CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**

Desde o surgimento do Consórcio Universitário Católico, houve a intenção de se reunirem esforços para a criação da Universidade de Passo Fundo. Inúmeras foram as ações durante os dez anos, na busca do almejado propósito. Enquanto as pretensões foram dirigidas com vistas a tomá-la propriedade da União ou do Estado, o resultado foi de frustração parcial. A compensação se dava pelo apoio assistemático, o que parecia tomar-se uma constante nos anos vindouros. Entretanto, dos acontecimentos envolvendo a integração das instituições existentes para a criação da Universidade, a ideia mais relevante foi a opção de 1965, que abrigava a criação de uma Fundação Educacional. A precipitação dos fatos, ao iniciar-se o ano de 1967, acelerou as ações, no sentido de materializar os propósitos pela criação de uma Fundação Universitária.

Os fatores aglutinadores existentes no primeiro semestre de 1967 foram:

1° - a vontade dos professores, dos alunos e da comunidade, que desejavam a integração;

2° - a coordenação única em torno do Presidente da Sociedade Pró Universidade e Diretor da Faculdade de Filosofia,

do Consórcio Universitário Católico, na pessoa do Pe. Elydo Alcides Guareschi;

3º - a visão generosa de Dom Cláudio Colling, manifestada pela doação de todos os bens patrimoniais do Consórcio Universidade Católica para a nova Fundação;

4º - o apoio jurídico da Faculdade de Direito, na elaboração dos documentos necessários à orientação adequada das ações voltadas ao empreendimento.

5º - o apoio do Ministério da Educação à ideia da criação da Fundação da Universidade de Passo Fundo, através do Ministro Tarso Dutra, embasado nas recomendações do Grupo de Trabalho da “reforma universitária.”

Estas condições animaram os Diretores das Faculdades e as lideranças educacionais, permitindo a criação do primeiro Conselho Diretor da Fundação Universidade de Passo Fundo, indicado pelo CUC e pela SPU. Foram escolhidos três conselheiros do Consórcio e quatro da SPU com seus suplentes assim nominados:

## **CONSELHEIROS DA SPU**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Murilo Annes	Ernani Lampert
Euripedes Fachini	Rui Silveira
Celso Fiori	Alcione N. Correa
Bruno Markus	Susana Einloft

## CONSELHEIROS DA CUC

### TITULARES

Pe. Elydo Alcides Guareschi

Pe. João Patalon

Juarez Diehl

### SUPLENTE

Salvador Durante

Elli Benincá

Aloísio Grings

A primeira reunião ocorreu em 10/06/67 e o Presidente falou em nome de seus pares:

"As duas entidades mantenedoras do Ensino Superior de Passo Fundo, a SPU e o Consórcio Universitário Católico, acabam de aprovar a sua transformação numa única fundação educacional, coordenando suas atividades e somando seus recursos para a criação da Universidade de Passo Fundo." (D. M., 17/06/67)

Antes deste acontecimento de 10/06/67, houve estudos, reuniões de acerto e debates. Foram apresentados os resultados dos eventos em quatro artigos escritos pelo Pe. Alcides Guareschi, publicados de 09 a 13 de maio no Jornal O Nacional. (Texto Anexo)

Havia, portanto, razoável segurança nos rumos a serem seguidos. Uma nova lei de Ensino Superior, embora publicada somente em 1968, já produzia seus efeitos, fazendo organizar-se a fundação mantida em moldes atualizados.

A primeira tarefa era a de transformar o propósito em estatuto, ou seja, a carta que orientaria toda a dinâmica da Fundação e da Universidade. Foi elaborado por um grupo de

professores indicados pelas entidades anteriormente existentes: SPU e Consórcio Universitário Católico.

A seguir, são apresentadas algumas considerações sobre as intenções manifestas no Estatuto da Fundação Universidade de Passo Fundo Apesar das dificuldades circunstanciais e da novidade na incipiente experiência fundacional, pode-se avaliar de bom mérito o Estatuto, mas é oportuno que seja feita uma avaliação das linhas fundamentais.

1ª - A Sociedade Pró-Universidade e o Consórcio Universitário Católico, através da convocação de seus sócios, isto é, dos professores, instituem a Fundação Universidade de Passo Fundo. As circunstâncias de 1964 afastaram as formas de participação comunitária, entregando aos professores a condução das questões administrativas e acadêmicas. Esta decisão, se na época resolvera garantir a unidade institucional, trazia em seu âmago uma dificuldade, isto é, aos professores, como instituídos, passava-se toda a competência de instituidores, cabendo-lhes toda a responsabilidade de sustentação e desenvolvimento da obra fundada. Competia aos professores ultrapassarem os impasses e as dificuldades de toda ordem: dos recursos do seu trabalho ou de doações é que se manteria a novel Universidade. Provê quem institui. Dessa organização e respectiva autoridade estavam afastados os poderes, tanto públicos como privados, limitando-se desta forma a sustentação na qualidade dos instituidores. Assim, poder-se-ia prever que os custos da obra recairiam, acima de tudo, sobre a Universidade, ou seja, sobre os professores. Uma representação importante da comunidade estava presente através de seus professores, mas eximiam-se da responsabilidade outros



segmentos com melhores condições financeiras para manter as condições de sobrevivência e melhoria de objetivos que a seguir são delineados.

2ª - Na instituição, propunha-se o ensino, a pesquisa e a divulgação científica e técnica, visando contribuir para a superação dos problemas regionais, tanto de natureza econômica como social e cultural. (Art. 3) De todos os dispositivos, este revelava a identidade da instituição: o seu exercício universitário, nos três níveis indicados, inseria-se na região. O contorno dos propósitos seria regido pela região.

3ª - Devia ser uma instituição aberta e nela não podiam se abrigar quaisquer indícios de interferência ideológica ou qualquer outra forma de discriminação. A igualdade humana era a linha da conduta ética.

4ª - Qualquer resultado financeiro deveria reverter em benefício da própria instituição, ou seja, a Fundação era prestadora de benefícios públicos e não podia conviver com as pretensões individuais. O que importava eram os fins a que se destinava.

5ª - Do artigo 59 ao 159 expõem-se as diretrizes do Conselho Diretor e seus membros. Das funções essenciais, afirma-se que exercerá a administração e supervisão da Universidade com as seguintes competências:

- Eleger o Reitor e Vice Reitores a partir da apresentação de listas tríplices.

- Estabelecer as diretrizes e planos para o desenvolvimento da Universidade.

- Deliberar sobre os bens.
- Examinar e dar parecer sobre o relatório anual das atividades da Fundação e da Universidade.
- Autorizar despesas extraordinárias, justificadas pelo Reitor.
- Baixar regulamento do pessoal docente, técnico e administrativo da Fundação.
- Guardar a Instituição em suas finalidades.

Depreende-se que as finalidades fundamentais do C. D. são: estabelecer o orçamento onde se lançam as prioridades da instituição, avaliar anualmente as propostas constantes do orçamento; autorizar ao Reitor, gastos extraordinários, mediante convincente justificativa e regular a vida do pessoal que trabalha na Universidade.

Quanto ao provimento da existência e do desenvolvimento institucionais, o único dispositivo de competência do C. D. é "prover, anualmente, junto ao Governo Municipal, Estadual e Federal, a inclusão de dotações nos respectivos orçamentos."

6ª - Se da parte do Conselho Diretor parece haver restrições a serem feitas pela exiguidade na representação dos instituidores, da parte do Conselho de Curadores nota-se a grandeza da vontade de tomar a instituição pronta à transparência e aberta à verificação de suas contas. A guarda final pertence à comunidade. Portanto, a natureza da obra e seus resultados devem estar vinculados à região. Demonstra a composição do Conselho de Curadores que a pretensão era de a

instituição ser dada ao público, pois são cinco os membros de avaliação e controle, todos advindos do poder comunitário, a saber:

- Prefeitura Municipal de Passo Fundo;
- Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo;
- Ministério Público.

Os outros dois representantes pertenciam a associações técnicas da área de economia e comércio, aptos à verificação e à escrituração contábil.

Desta forma, a Fundação receberia da comunidade a fiscalização administrativa, o controle e a orientação final sobre as questões econômicas e financeiras.

7ª - O estatuto poderá sofrer alteração mediante aprovação da Assembléia Geral dos Docentes. Novamente a palavra é exclusivamente cedida ao Corpo Docente, ficando de lado a decisão regional. O afastamento da comunidade em relação ao destino e à sustentação da obra criada teria mais uma justificativa.

Principalmente da composição do C. D. e da forma de a Assembléia organizar-se, pode-se deduzir que a comunidade externa foi afastada, porque havia um rigoroso temor. Este afastamento conflitava com a natureza institucional que tinha por finalidade ofertar seus benefícios na solução dos problemas regionais. Portanto, os custos destes benefícios devem ser equacionados por quem obtém as vantagens conquistadas. As finalidades da obra não poderiam ser mantidas, sem graves dificuldades, por uma limitada representatividade regional.

8ª - A grandeza social do que se pretendia com a obra é claramente posta mais uma vez ao se tratar do Patrimônio e do Regime Financeiro. Os meios de sustentação descritos no artigo 259 estimulam a criação de variadas fontes, que vão desde as subvenções, serviços e doações, até as anuidades escolares. Todo o esforço, entretanto, visava ao objetivo da natureza universitária e, mesmo em caso de extinção da fundação, o seu patrimônio deveria ser destinado à entidade que tivesse as mesmas finalidades ou ao Poder Público, para utilizá-lo na realização dos mesmos objetivos.

9ª - As relações de poder entre o Reitor e o Presidente não estão suficientemente regulamentadas, principalmente, na questão do orçamento. Depreende-se do Estatuto que a Universidade deverá, até o final de novembro, apresentar um plano a partir do qual se fixará o orçamento aprovado pelo C. D. Parece que, uma vez dado o orçamento pelo Colegiado Deliberativo da Fundação, o Reitor deverá administrá-lo, sabendo que sobre ele deverá prestar contas e o Presidente terá a responsabilidade de garantir os recursos indicados neste mesmo orçamento. Da excelência de um planejamento anual da Universidade e do denodo com que o Conselho Diretor encaminhar seus esforços no provimento dos recursos impostos pelo plano dependem, ao que tudo indica, a harmonia nas relações do poder.

As conversações iniciadas no começo de maio de 1967, entre as duas instituições, com a pretensão de unificar os esforços isolados com vistas à criação da Universidade de Passo Fundo, mostraram, desde o início, que tinham uma ideia fértil e viável. Ao mesmo tempo em que eram escritos os artigos do

Estatuto, era preparado expediente principal com vistas à criação da Universidade. Em resumo, seis eram os estabelecimentos que reuniam 1800 alunos:

- Faculdade de Direito
- Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Passo

Fundo

- Faculdade de Odontologia
- Instituto de Belas Artes
- Faculdade de Filosofia de Passo Fundo
- Faculdade de Agronomia de Passo Fundo.

Outros dispositivos foram atendidos, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Decretos Leis nº 55 de 18/11/66 e nº 252 de 28/02/67.

Em virtude da receptividade do Ministro da Educação, Tarso Dutra, o expediente teve boa aceitação no Conselho Federal de Educação, prevendo-se que o parecer final seria agilmente pronunciado. Na verdade, no início de julho de 1967, o expediente que solicitava a criação da Universidade de Passo Fundo era entregue ao mesmo tempo em que se submetia à apreciação do CFE a autorização de funcionamento do Curso de Medicina.

O processo enviado, solicitando a criação da Universidade de Passo Fundo, foi apreciado no Conselho Federal de Educação no dia 14 de dezembro de 1967. Houve aprovação parcial, baixando em diligência devido à questão vinculada à excessiva dependência da Reitoria em relação à Fundação. Prevalciam temores ainda não superados.

No dia 26/12/67, em reunião do Conselho Diretor, o Presidente Dr. Murillo Coutinho Annes, leu o Parecer nº 497/67, referente à criação da Universidade de Passo Fundo, que concluía favoravelmente à Fundação da Universidade de Passo Fundo, havendo, entretanto, ainda algumas restrições quanto à organização administrativa da Universidade e às suas relações com a entidade mantenedora. O próprio Conselho Diretor alterou os quesitos postos em revisão, dando cumprimento ao que era proposto, atribuindo-se principalmente ao Reitor autonomia administrativa, pedagógica e disciplinar, desde que fossem cumpridas as normas financeiras estabelecidas pela Entidade Mantenedora. (Ata C. D. p. 14)

Corrigidas as distorções e mais autônomo o Reitor em relação às exigências da Mantenedora, foi aprovada a criação da Universidade de Passo Fundo em 06 de janeiro de 1968, na expressão do parecer nº 75/68, havendo apenas um voto contrário. Parecia ao Conselheiro não haver ainda um projeto completo visto que deviam ser acrescentados os progressivos avanços nas áreas de ensino e de pesquisa.

Assim se concluía mais uma etapa de um trabalho profundo e elaborado sem descanso. Havia uma decisão política e urgia não esmorecer. O processo elaborado foi encaminhado em junho e, em setembro, já foram verificadas as condições de funcionamento pelo Dr. José Gomes de Campos, como inspetor do MEC. É verdade que o estatuto da Universidade não possuía, no seu bojo, todo encaminhamento das questões fundamentais dentro de parâmetros postos como ideais, mas nele se traduzia uma experiência que podia ser aprimorada. Os mecanismos fundamentais estavam aprovados, faltando apenas, na

organização institucional, o Regimento Eleitoral, o qual foi elaborado pelos professores Alcione Niederauer Corrêa, Juarez Teixeira Dihel e Murillo Annes e aprovado pelo Conselho Diretor em 20 de abril de 1968. A eleição foi realizada em 11 de maio, mediante apresentação de uma chapa com lista tríplice. Foram eleitos os professores Murillo Annes, Pe. Alcides Guareschi e Alcione N. Corrêa para Reitor, Vice-Reitor Acadêmico e Vice-Reitor Administrativo, respectivamente. Os nomes foram confirmados pelo Conselho Diretor em 28 de maio.

O consenso entre todos era de se avançar ainda mais na questão das conquistas de ensino e, para tal preocupação, a Universidade deveria voltar-se. Em junho era oficializada grande dotação de equipamentos do Leste Europeu. Com mais convicção, podia-se pensar na criação da Faculdade de Medicina.

Devem ser ressaltados alguns itens da vida universitária, que orientariam seu futuro e se revestiam da experiência até então praticada:

- A região é apontada como definidora das principais preocupações universitárias, formulando-se assim a natureza da instituição.

- Aos professores cabe definir, prioritariamente, a política e a administração da Instituição.

- Há necessidade de definir com clareza as atribuições da Mantenedora e da Mantida. Parece que a Universidade deverá ter garantida a sua autonomia, prevalecendo à Fundação a responsabilidade de sustentá-la, zelando pelo cumprimento dos seus fins. Estava aí um projeto inacabado, mas com algumas orientações fundamentais, com certeza; sem um perfil

institucional definido, mas legitimado por seu meio, nele se inspirando e dele dependendo.

Em nada se empanava a magnitude da conquista, embora fosse considerável o que fora dito sobre dificuldades. O projeto deveria avançar, realizar-se na originalidade e ser aprimorado. Entendeu a maioria dos Conselheiros que seria oportuna a autorização e que não havia parâmetros de julgamento para o que se apresentava como novo.

Para completar o ato de reconhecimento, foram programadas duas solenidades: a primeira compreendia a assinatura solene, em Porto Alegre, do decreto presidencial, criando a Universidade de Passo Fundo. O Presidente Artur da Costa e Silva, às 17 horas e 20 minutos do dia 02 de abril de 1968, entregava, oficialmente, a Passo Fundo a sua Universidade. No mesmo instante, nesta cidade, as autoridades comunitárias, que aqui permaneceram, comemoraram a conquista.

A segunda festividade compreendia a comemoração do evento por toda a comunidade regional. Pela manhã, a visitação às instalações da Universidade e, pela tarde, às 15 horas, o solene desfile dos cursos superiores e colégios da cidade demonstraram com que orgulho o evento era recebido. Logo após, o Dr. Celso Fiori deu posse às autoridades universitárias, Dr. Murillo Coutinho Annes, Reitor, Pe. Élydo Alcides Guareschi, Vice-Reitor Acadêmico, e Dr. Alcione Niederauer Corrêa, Vice-Reitor Administrativo. Estabelecia-se, desta maneira, uma nova instituição de ensino superior, inovadora e aberta a novas considerações, até que pudesse, com o tempo e ação, representar uma identidade com perfil de cidadã. Era o dia 11 de maio de 1968.



Após a Reitoria ter sido empossada, a presidência da Fundação recaiu na pessoa do professor Juarez Teixeira Dihel. A separação dos poderes na gestão da Universidade e na Fundação revelou algumas dificuldades como a do sombreamento de atribuições.

Pouco tempo após a instalação solene, a Universidade foi convidada a estender-se na região. A força das autoridades regionais junto aos órgãos do poder decisório é que conseguiu criar pressão e convencer o Ministério da Educação sobre a excelência do que estava sendo feito. A consciência regional logo pôs cobro à Universidade de Passo Fundo, fazendo com que a conquista fosse estendida a outros centros de desenvolvimento. Esforços conjuntos da Universidade de Passo Fundo e do município de Erechim permitiram que, em 07 de setembro de 1968, fosse instalado o Centro de Extensão Universitária naquela cidade. Inicialmente, criou-se o Centro Administrativo e, logo após, foram iniciados estudos para a implantação dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, com vistas ao funcionamento, em 1969. Na mesma data em que a Universidade indicava a sua vocação regional, inaugurava-se o prédio da Faculdade de Agronomia, objetivando-se a ideia do Campus e, implicitamente, a magnitude física que se pretendia para a Instituição.

Fez-se desta inauguração outro avanço institucional. Como se estruturaria o Campus no qual se ergueriam os outros prédios?

Esta preocupação coincidiu com a viagem do Reitor e do Vice-Reitor Acadêmico aos Estados Unidos. Assim, o novo projeto emergiu dos Campi americanos. Os campi-parques

inspiraram a administração superiora, em 1969, implantar um ambiente físico que contivesse as melhores expressões da fauna e da flora regionais: na ausência de carvalhos foram plantadas árvores nativas ou aqui adaptadas e os animais das coxilhas foram nelas se abrigando. Um dos primeiros atos da direção da Universidade foi a implantação do Campus no Bairro São José, mediante financiamento da Caixa Econômica Federal.

Outro evento não menos significativo que os anteriores foi o de a Instituição organizar um plano de Bolsas, facultando o ensino superior a alunos com dificuldades financeiras. Neste sentido, foram tomadas duas iniciativas: a primeira, para proporcionar condições favoráveis aos alunos que haviam obtido seu ingresso e a outra compreendia a compra, por parte da comunidade, de Bolsas integrais a serem utilizadas posteriormente.

Neste mesmo ano, foi instalado, oficialmente, o Instituto de Pesquisa e Planejamento, Órgão da Universidade responsável pelo desenvolvimento da angustiante preocupação que deveria constituir o espaço da animação, organização e execução de pesquisas da Instituição. Somente mais tarde a intenção redundaria em efetivo exercício de pesquisa regional, na medida da formação de recursos humanos. De toda a forma, o IPEPLAN serviu como elemento fomentador da função que devia ser iniciada com brevidade. Na verdade, a leitura explicativa e honesta da realidade e o descortínio de melhores opções de desenvolvimento humano já eram iniciados.

Definidas as principais virtudes de uma Universidade regional, construída em sua prática desde 1950, havia muitas outras a serem criadas e mais outras a serem reveladas. Neste

clima de constante cuidado, perfilava-se a identidade. A regionalidade, qualidade, inventividade e originalidade eram suas naturais características.

Duas conquistas fundamentais a Instituição teria a mais: a primeira revelava as suas pretensões na área da saúde e a segunda, mais intensamente, expressava a sua vocação regional e a sua inventividade.

No dia 11 de abril de 1969, foi autorizada pelo CFE, a criação da Faculdade de Medicina da Universidade de Passo Fundo e ressaltadas as razões de sua autorização. Dois foram os elementos de convicção expressos pelo Conselho Federal de Educação no seu parecer. O primeiro apontava para as condições do ensino básico na área da saúde e o outro abordava a excelência dos equipamentos. Desta forma, consagrava-se a instituição pela responsabilidade que lhe era dada na área da saúde. A segunda conquista apontava para a responsabilidade regional, principalmente, na questão educacional. O Vice-Reitor Acadêmico, Élydo Alcides Guareschi, levava ao Conselho Federal de Educação expediente, no sentido de criação de oportunidade de formação de professores para as escolas de 1º e 2º graus, através do aproveitamento do período das férias escolares. Os levantamentos realizados manifestavam a deficiência de professores habilitados na região de influência da Universidade. Os levantamentos apontavam, também, a impossibilidade de, em período regular, estes professores realizarem curso superior. Mesmo sendo o objeto do expediente um fato novo na educação nacional, o processo foi aprovado e, já em 1970, ingressavam turmas na Universidade.

Nascia a instituição com luz própria, animando-se cada vez mais em responder às preocupações regionais e, deste contexto, retiraria seu mais legítimo perfil. E muito mais haveria de se fazer com esta original criação.

## BIBLIOGRAFIA

1. CAFRUNI, Jorge Edeth. **Passo Fundo das Missões**. Passo Fundo: Gráfica Editora A Nação, 1974.
2. CERVO, Amado Luiz. **Contato entre civilizações**. São Paulo: Ed. Mc Graw-Hill do Brasil, 1975.
3. DAL MORO, Selina Maria. **De escola paroquial à escola pública: o significado de escola no desenvolvimento de Sananduva**. Rio de Janeiro: Depte Filosofia da Educação, Fundação Getúlio Vargas, 1985.
4. D'APREMONT, B & GILLONNAY, B. **Comunidades indígenas brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/UCS, 1976.
5. FONSECA, Verissimo Pedro A. **A formação do gaúcho**. Passo Fundo, RS: Gráfica e Editora Diário da Manhã, 1982.
6. GEHM, Delma Rosendo. **Cronologia do ensino em Passo Fundo**. Passo Fundo: Editora Berthier, 1976.
7. GOMES, Aristides de Moraes. **Fundação e evolução das estâncias**. Cruz Alta: Livraria Liderança, 1966.
8. OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. **O Município de Passo Fundo através dos tempos**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957.
9. RAMBO, Arthur B. **A escola comunitária teuto-brasileira: gênese e natureza**. São Leopoldo: 1984.

10. ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. vol. 1 e 2.
11. SAINT-HILLAIRE, Augusto de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
12. VERGUEIRO, Nicolau de Araújo. **História do ensino em Passo Fundo**. Passo Fundo: Faculdade de Filosofia, 1967.

**ANEXO**  
**TEXTOS PUBLICADOS NO JORNAL O**  
**NACIONAL DE 9-13/05/1967**

**A CAMINHO DA UNIVERSIDADE**  
**(1º Comentário de uma série)**

Pe. ALCIDES GUARESCHI

Em Passo Fundo, estamos vivendo uma hora decisiva no tocante ao desenvolvimento do ensino superior.

E, certamente, depende principalmente de nós passo-fundenses, de nossa capacidade de entender a evolução dos tempos e de aceitar-lhe as exigências e as pressões, que se tome realidade o ideal da Universidade que empolga a população da cidade e da região.

As considerações que seguem relacionam-se com a situação atual e futura do nosso ainda incipiente ensino superior.

Falemos, em primeiro lugar, do que já foi feito.

Em Passo Fundo, desde há mais de dez anos, a iniciativa particular, concentrada em tómo de duas instituições, a Sociedade Pró-Universidade e o Consórcio Universitário

Católico, construiu um centro universitário de notável expressão.

A Sociedade Pró-Universidade instalou e mantém, em pleno funcionamento, as Faculdades de Direito, de Economia, de Odontologia e o Instituto de Belas Artes, nos quais se encontram matriculados 1.061 acadêmicos. Deve-se ressaltar ainda o recente restabelecimento, de parte do Ministério da Educação e Cultura, da Faculdade de Agronomia, que reiniciará as atividades escolares assim que estejam concluídas as suas instalações.

Por sua vez, o Consórcio Universitário Católico instalou e mantém a Faculdade de Filosofia, com os Cursos de Filosofia, Pedagogia, Letras, Ciências Naturais e Estudos Sociais, congregando 718 alunos matriculados.

Esses números, cinco Faculdades plenamente reconhecidas pelo Governo Federal, uma Faculdade com autorização federal para funcionamento, um total de 1.800 universitários, provenientes de cerca de 50 municípios do Estado do Rio Grande do Sul e de vários dos Estados de Santa Catarina e do Paraná, revelam a existência de uma Universidade de fato existindo.

Sem dúvida, devemos prestar o nosso reconhecimento aos batalhadores de todas as horas que ajudaram a construir o que foi feito no setor do ensino superior de Passo Fundo, muito embora os percalços, as intrigas e as limitações humanas que empanaram o brilho das realizações dentro da sociedade Pró-Universidade.

Mas, afastados já agora aqueles obstáculos que entravaram o progresso, por que haveria de deter-se o



movimento que trouxe para Passo Fundo as Escolas Superiores? Por que, se as mesmas causas, as mesmas influências, as mesmas pressões que então o puseram em ação continuam a atuar e com maior intensidade?

Todos os anos, em Passo Fundo e no interior do Rio Grande do Sul, milhares de jovens concluem o ensino secundário e batem às portas das Faculdades, procurando novas oportunidades de progresso e de serviço à sociedade.

Hoje, com as transformações sociais, não mais se justificam que apenas estudantes economicamente privilegiados possam deslocar-se para as capitais e ter acesso aos Cursos Superiores. Ninguém é capaz de fazer calar o clamor dos jovens do interior que desejam e têm direito de participar dos bens do ensino superior. A política educacional do Govêmo não pode desconhecer a necessidade da criação de estabelecimentos de ensino superior nas cidades do interior do Brasil, em centros regionais que oferecem condições culturais e sociais, como é o caso Passo Fundo.

Por que, então, não haveremos de lutar pela criação de uma Faculdade de Medicina? E por uma Faculdade de Engenharia? Por que não haveremos de caminhar decididamente para a criação da Universidade de Passo Fundo, se temos as necessárias condições culturais, econômicas e sociais?

Eis aí, parece, as motivações mais profundas que empolgam os pioneiros de ontem e que empolgam, também, os homens de pensamento de hoje.

Por isso, chegou a hora de evoluirmos, de caminharmos para uma nova fase na consolidação do nosso ensino superior.

Chegou a hora de tomarmos as decisões indispensáveis, embora impliquem numa mudança profunda na organização das entidades mantenedoras de nossas Faculdades. É preciso ver as situações novas. E a necessidade de mudar.

Para tanto, devemos ter a coragem de vencer certos preconceitos e certos receios resultantes de mentalidades retrógradas e de ambientes conservadores.

Em outras palavras, não podemos evoluir se continuarmos a pensar e a proceder apegados a ideias e posições superadas.

Então, para a evolução do nosso ensino superior, que decisões se reclamam?

Será o assunto do próximo comentário.

## **A CAMINHO DA UNIVERSIDADE**

### **(2º comentário de uma série)**

Pe. ALCIDES GUARESCHI

Procuramos demonstrar, em comentário anterior, a significação para Passo Fundo do complexo atual de Faculdades em funcionamento e de suas instituições mantenedoras, a Sociedade Pró-Universidade e o Consórcio Universitário Católico.

Naturalmente, pela posição privilegiada que ocupa no Estado e pelo número e crescimento de suas Faculdades, Passo

Fundo está destinada a se tomar sede de nova Universidade Brasileira.

É verdade que, em nenhum momento, desde a criação das instituições mantenedoras, a Universidade deixou de ser objeto de cogitações.

Já em 1962, a Sociedade Pró-Universidade e o Consórcio Universitário Católico encaminhavam ao Ministério da Educação e Cultura pedido de criação da Universidade de Passo Fundo que, afinal, acabou arquivado no Ministério da Educação, em face dos acontecimentos que envolveram a Sociedade Pró-Universidade.

Em 1965, a campanha peia criação da Universidade tomou novo alento, com o envio pelo govêmo do Estado do Rio Grande do Sul à Assembléia Legislativa de um projeto criando a Universidade Estadual do Planalto, com sede em Passo Fundo, e contando com o apoio de aproximadamente 75 municípios da região-norte do Estado.

Mas, no âmbito estadual, surgiram dificuldades de tal monta que não puderam ser superadas.

Agora, depois de muitas marchas e contramarchas, parece surgir uma solução viável, capaz de equacionar o problema e realizar as aspirações em tômo da criação da Universidade de Passo Fundo.

Trata-se de uma solução que inspira confiança, como também reclama urgência, se atentarmos para o fato da presença do deputado Tarso Dutra no Ministério da Educação e Cultura, homem reconhecidamente favorável à interiorização do ensino superior, e que aprovou a ideia que lançamos.

É uma ideia simples, lógica e realista: por que não unimos as forças e somamos recursos e coordenamos num só todo as iniciativas das entidades de origem e fusão dos seus bens patrimoniais?

Uma administração comum reunirá considerável soma de recursos econômicos e humanos, de instalações e de equipamentos que deverão ser utilizados ao máximo.

É fácil perceber as reais vantagens que trará a nova instituição para a melhoria do ensino e para o desenvolvimento de Passo Fundo. Vamos apontar algumas:

Ficará constituído o núcleo da Universidade que pleiteamos, com a existência de cinco Faculdades em funcionamento e uma com autorização para funcionar. Criada a Universidade, poderá habilitar-se à participação de verbas globais de vulto que o Orçamento da União consigna às Universidades.

Estará afastada a competição de duas entidades educacionais dentro da mesma cidade, as quais naturalmente caminhariam para constituição de Universidades; ora, Passo Fundo, como qualquer cidade interiorana, não comportaria a existência de duas Universidades.

Por outro lado, a reestruturação das Universidades brasileiras, que lei recente impõe, vai reclamar, de qualquer maneira, uma nova organização do nosso ensino superior, em institutos de formação básica e departamentos de formação profissional, acabando com o isolamento das Faculdades.

Por certo, instituída a fusão das atuais entidades, estarão também facilitadas as condições para a criação de novas

Faculdades, com o melhor aproveitamento dos recursos, de instalações e equipamentos existentes nas Faculdades mantidas pela Sociedade Pró-Universidade e pelo Consórcio Universitário Católico.

Dos contatos mantidos com os homens de liderança e de pensamento, chegou-se à conclusão de que a decisão da fusão das iniciativas existentes entre nós no campo do ensino superior despertará um impacto positivo no seio da opinião pública de Passo Fundo e, de modo especial, junto aos órgãos do Ministério da Educação e Cultura, que, durante anos, olhou com certas reservas o ensino superior de Passo Fundo.

Eis aí colocada a ideia que permitirá associar as entidades existentes no campo do ensino superior e criar o núcleo constitutivo da Universidade de Passo Fundo. Parece-nos não haver outra saída para o futuro de nosso ensino superior.

Em todo o caso, há outros aspectos a considerar, o que pretendemos fazer em próximo comentário.

## **A CAMINHO DA UNIVERSIDADE**

### **(3º comentário de uma série)**

Pe. ALCIDES GUARESCHI

Em comentários anteriores, tentamos dizer por que surgiu a ideia da “Fundação Universidade de Passo Fundo” e, também, o que representará a pretendida fusão das atuais entidades mantenedoras de estabelecimentos de ensino superior de Passo Fundo.

Interessa, sem dúvida, examinar mais detidamente a estrutura e o funcionamento dessa Fundação educacional, bem como da própria Universidade, cuja estrutura básica e prevista nos Estatutos é que seria constituída, inicialmente, pelas Faculdades de Direito, Filosofia, Economia, Odontologia, Belas Artes e Agronomia.

Dos estudos e debates que se desenvolveram no meio universitário, em tÔmo desta ideia inicial, chegou-se a evidenciar os princípios básicos da organização da nova instituição.

A Fundação terá, como Órgão Supremo, o Conselho Diretor, que será composto por dez membros efetivos e quatro suplentes, escolhidos uns e outros, dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência. O mandato dos membros do Conselho Diretor, será de seis anos, renovando-se o Conselho, pela metade, cada três anos, através da indicação da Assembléia Geral da Fundação.

Originalmente, istoé, da primeira vez, os membros do Conselho Diretor serão indicados pelas entidades instituidoras da Fundação.

Prevêem os Estatutos, especificamente, as funções dêsse Conselho Diretor que deverá exercer a administração da Fundação e a supervisão geral da Universidade, bem como as atribuições da Assembléia Geral da Fundação, constituída por todo o corpo docente das Faculdades integradas na Universidade.

Por sua vez, o governo da Universidade estará a cargo de três Órgãos Superiores: a Reitoria, constituída de um Reitor, de um Vice-Reitor Acadêmico e de um Vice-Reitor Administrativo;

o Conselho Universitário e a Assembléia Universitária, constituída por todos os Professores e representantes do corpo discente. Certamente estes órgãos devem contar, também, com a colaboração de órgãos auxiliares.

A Universidade deverá ser estruturada em moldes modernos, segundo vem sendo recomendado pelos mais atualizados educadores, e de acordo com as normas dos recentes Decretos que reestruturam as Universidades Brasileiras.

Não se trata, pois, de aglutinar simplesmente uma série de escolas superiores, mas de aproveitar a oportunidade para dotar a região de uma Universidade Moderna.

Nestes termos, a organização da Universidade se baseia na integração de três modalidades de órgãos: os Institutos para o ensino básico e introdutório, comuns para toda a Universidade; as Faculdades para o ensino especializado e profissional e os Órgãos Complementares. Nestas unidades básicas da Universidades se reunirão os recursos e os professores responsáveis pelas atividades de ensino e de pesquisa.

Por certo, essa integração em Institutos básicos e Faculdades especializadas evitará a multiplicação desnecessária e onerosa de instalações e equipamentos, permitindo a concentração dos recursos de pessoal. Assim, por exemplo, um único Instituto de Química poderá ser melhor equipado e melhor utilizado do que com a dispersão de vários laboratórios.

Os professores poderão criar um ambiente mais favorável ao ensino através do convívio com outros mestres e alunos.

Assim, também a Biblioteca Central funcionará como centro de integração.

Com esta estrutura, a Universidade poderá tomar-se uma comunidade efetivamente universitária. O estudante de Odontologia, por exemplo, fará sua formação científica básica com o de Ciências Naturais, com o de Medicina, etc.

Naturalmenté a implantação da Universidade, nesses moldes, deverá se fazer progressivamente, obedecendo a critérios prioritários estabelecidos pelos Estatutos da Universidade e pelos órgãos de assessoria e de administração superior.

Mas a Fundação e a Universidade significarão efetivamente uma melhoria do ensino e um impulso para o desenvolvimento de Passo Fundo e da região?

Voltaremos ao assunto.

## **A CAMINHO DA UNIVERSIDADE**

### **(4º Comentário de uma série)**

Pe. ALCIDES GUARESCHI

Terminávamos nosso último comentário com uma interrogação: a Fundação que pretendemos e a Universidade significarão efetivamente uma melhoria para o ensino universitário e um impulso para o progresso de Passo Fundo?

Devemos responder positivamente se respeitarmos os motivos que inspiraram a ideia da Fundação, nos termos



propostos, que foram de proporcionar um novo estímulo às iniciativas aqui existentes no campo do ensino superior e de despertar, através da criação da Universidade de Passo Fundo, o interesse dos poderes públicos e do Ministério da Educação para a obra que se realiza em Passo Fundo.

Devemos ter a coragem de dizer que Passo Fundo tem ficado injustamente à margem desse interesse que amparou as Universidades de outras cidades do Estado e do País. Está aí o fato do bloqueio, durante quatro anos, das verbas destinadas às Faculdades da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, muito embora as mesmas Faculdades tivessem continuado com suas atividades normais e com todos os encargos de manutenção.

Sem dúvida, a manutenção das Faculdades e da Universidade exige recursos econômicos e humanos de grande vulto. Teremos, aqui, as condições para criar e manter uma Universidade?

Pensam alguns que a criação de uma Universidade deve pressupor a existência, no meio, de todas as condições materiais e humanas, capazes de assegurar-lhe o êxito.

Mas, não é isto, de modo geral, o que se tem verificado no Brasil. Parece que a própria Universidade é que vai esclarecer se tais condições existem ou não. Mais, a Universidade é que vai suscitar uma dinamização das Faculdades e recursos existentes e carrear auxílios do poder público.

Certamente existem Universidades que, na sua origem, não estavam dotadas das condições de patrimônio, de prédios,

de instalações e de pessoal que oferece o centro universitário de Passo Fundo.

Mas, não queremos colocar os assuntos em termos de vaidades e competições locais. Em Passo Fundo, queiramos ou não, já existe uma Universidade de fato e existindo com características de regionalidade.

Sem dúvida, a criação da Fundação e da Universidade assegurará, de parte do poder público, melhores condições e recursos para o nosso ensino, primeiro, porque a Fundação oferece garantia de idoneidade; segundo, porque a Universidade poderá habilitar-se às dotações globais, que o Orçamento da União consigna às Universidades.

Além destas dotações e de contar com os próprios recursos, a Fundação deverá apelar para o apôio do Estado, dos Municípios da região e da própria comunidade, seja na forma de doações, de convênios ou de dedução na contribuição do imposto de renda etc...

Já o Sr. Prefeito Municipal de Passo Fundo, através de entendimentos mantidos com a Diretoria da Sociedade Pró-Universidade, assegurou a participação do Município na Fundação de modo especial, na construção do “ centro de ciências médicas” junto ao Hospital Municipal e com a destinação de recursos provindos de parte da SUDESUL.

Contatos com entidades estrangeiras estão encaminhados, visando à ajuda técnica e financeira para a Universidade de Passo Fundo.

Se a iniciativa particular foi capaz de construir em Passo Fundo o centro universitário que temos, por que razões

duvidaremos da nossa capacidade de ampliar e de aperfeiçoar a obra começada? Estamos a caminho...?





[Catálogo do Projeto Passo Fundo](#)

[www.projetopassofundo.com.br](http://www.projetopassofundo.com.br)



